



P R E F E I T U R A D E I T U I U T A B A

Ofício n.º 2025/179

Ituiutaba, 22 de maio de 2025.

A Sua Excelência o Senhor
Francisco Tomaz de Oliveira Filho
Presidente da Câmara Municipal de Ituiutaba
Rua 24 n.º 950
Ituiutaba - MG

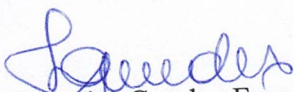
Assunto: **Encaminha Mensagem n.º 048.**

Senhor Presidente,

Tenho o prazer de passar às mãos de V. Exa. a inclusa Mensagem n.º 048/2025, desta data, acompanhada de projeto de Lei que **Concede subvenção no exercício de 2025 e dá outras providências.**

Com expressões de apreço e distinta consideração, subscrevo-me.

Atenciosamente,


Leandra Guedes Ferreira
-Prefeita de Ituiutaba -

PREFEITURA DE ITUIUTABA

MENSAGEM N. 048/2025

Ituiutaba, 22 de maio de 2025.

Senhor Presidente,
Senhores Vereadores,

Por meio da presente Mensagem, é encaminhado a esse Legislativo Municipal, projeto de lei que autoriza o Executivo a destinar, à Casa da Divina Providência, (CNPJ 03.235.490/0001-01), recursos financeiros à conta do orçamento, do exercício de 2025, no montante de até R\$ 37.645,00 (trinta e sete mil seiscentos e quarenta e cinco reais).

Os recursos que serão repassados por meio do presente projeto de lei são provenientes de emendas parlamentares impositivas dos vereadores Edmar Machado (R\$ 10.00,00), Jair Bial (R\$ 12.000,00) e Vilsomar Paixão (R\$ 10.645,00) e Yata Andreson (R\$ 5.000,00).

A iniciativa de lei informada por esta mensagem decorre de solicitação formulada no Processo Administrativo n.º 4.789, de 11 de março de 2025.

Mesmo o recurso estando previsto no orçamento, a Lei 13.019/14, art. 31, II, bem como a Lei Complementar 101/2000, art. 26, exigem lei específica para que o repasse seja realizado diretamente a entidade.


Houve significativa alteração no regramento a respeito do repasse de recursos a entidades do terceiro setor com a entrada em vigor da Lei 13.019/2014.

Sendo assim, a lei poderá garantir o amparo, mas a liberação dos recursos está inteiramente condicionada ao preenchimento dos requisitos legais pela entidade e do enquadramento nas hipóteses de inexigibilidade do chamamento público, o que será verificado em processo administrativo no caso concreto.

Com essas elucidações, encontra-se a matéria em condições de merecer o exame dessa Casa de Leis.

Com os protestos de estima e consideração, renovamos as homenagens devidas aos nobres integrantes dessa Câmara.

Saudações,


Leandra Guedes Ferreira
- Prefeita de Ituiutaba -

PREFEITURA DE ITUIUTABA

PROJETO DE LEI N. XXXX, DE XX DE XXXX DE 2025

Concede subvenção no exercício de 2025 e dá outras providências.

M/62/2025

A Câmara Municipal de Ituiutaba decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º A Prefeitura Municipal de Ituiutaba poderá conceder subvenção, no exercício de 2025, à Casa da Divina Providência (CNPJ 03.235.490/0001-01), mediante celebração de Termo de Fomento, conforme Processo Administrativo nº 4.789, de 11 de março de 2025, provenientes de emendas parlamentares impositivas dos vereadores Edmar Machado (R\$ 10.00,00), Jair Bial (R\$ 12.000,00) e Vilsomar Paixão Do Amaral Villano (R\$ 10.645,00) e Yata Andreson (R\$ 5.000,00).

Art. 2º O valor total da presente lei é de R\$ 37.645,00 (trinta e sete mil seiscentos e quarenta e cinco reais).

Art. 3º Fica autorizado abertura de crédito adicional especial nos termos do inciso V do art. 167 da Constituição Federal, conjugado com os artigos 40, 41, 42 e 43 da Lei nº 4.320/64.

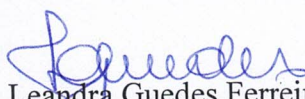
Art. 4º Nos termos do inciso III do § 1º do art. 43 da Lei nº 4.320/64, será tomado como fonte de recursos para fazer face ao crédito adicional especial autorizado por esta lei, os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias, autorizados em Lei.

Art. 5º A transferência dos recursos será feita depois de celebrado Termo de Fomento entre o Município e a entidade destinatária dos recursos, mediante aprovação de requerimento da entidade beneficiária, acompanhado dos seguintes documentos:

- a) comprovação da existência legal da entidade;
- b) prestação de contas da aplicação da ajuda financeira anteriormente recebida;
- c) prova de regularidade do mandato de sua diretoria;
- d) demais documentos exigidos pela Lei Federal nº 13.019/2014 e Decreto Municipal nº 8.362/2017.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Ituiutaba, em 22 de maio de 2025.


Leandra Guedes Ferreira
Prefeita de Ituiutaba -



MUNICIPIO DE ITUIUTABA
Prefeitura Municipal de Ituiutaba
Capa de Processo



PREFEITURA DO MUNICIPIO DE ITUIUTABA

SPCP - SISTEMA DE PROTOCOLO E CONTROLE DE PROCESSOS

Número do Processo: 4789 / 2025

Data de Abertura: 11/03/2025 14:58:17

Contribuinte: CASA DA DIVINA PROVIDENCIA

Órgão Solicitante:

Endereço:

Telefone: (34) 99973-6473

C.N.P.J ou C.P.F: 03.235.490/0001-01

Assunto do Processo: LIBERAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIRO

Complemento do Assunto: CONFORME DOCUMENTAÇÃO SOLICITA-SE LIBERAÇÃO DE RECURSOS.

Órgão Responsável: SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

Atendido por: VALQUIRIA DOS SANTOS TORQUATO

2
01

CASA DA DIVINA PROVIDENCIA

CNPJ N. 03.235.490/0001-01
Praça 13 de maio, 2007 – Ituiutaba-MG

Exma. Sra.

LEANDRA GUEDES FERREIRA

DD. Prefeita de Ituiutaba

Em 27 de fevereiro de 2025.

Senhora Prefeita,

Cumprimentando-a cordialmente, venho a presença de V. Exa. solicitar a liberação de recursos destinada a essa instituição, oriundas de emenda impositiva referente ao exercício de 2025, são elas:

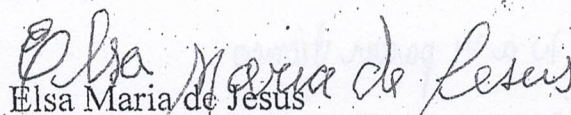
EMENDA

- 4- R\$10.000,00 (custeio) vereador Edmar
- 4- R\$12.000,00 (custeio) vereador Jair Bia
- 4- R\$10.645,00 (custeio) vereador Vilsomar Paixão – “aquisição de materiais e insumos para fabricação de fraldas geriátricas”
- R\$5.000,00 (custeio) Vereador Yata – “fabricação de fraldas descartáveis”

TOTAL: R\$37.645,00

Certos de seu pronto atendimento.

Atenciosamente,


Elsa Maria de Jesus

Presidente



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 03.235.490/0001-01 MATRIZ		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 04/06/1999	
NOME EMPRESARIAL CASA DA DIVINA PROVIDENCIA					
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****				PORTE DEMAIS	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais					
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente					
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada					
LOGRADOURO PC TREZE DE MAIO		NÚMERO 2007		COMPLEMENTO FUNDOSFUNDOS	
CEP 38.300-108	BAIRRO/DISTRITO CENTRO		MUNICÍPIO ITUIUTABA		UF MG
ENDEREÇO ELETRÔNICO J.B.CONTABILIDADE@HOTMAIL.COM			TELEFONE (34) 3268-8642		
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****					
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA				DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 04/06/1999	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL					
SITUAÇÃO ESPECIAL *****				DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 30/01/2025 às 14:58:56 (data e hora de Brasília).

PLANO DE TRABALHO

1 – IDENTIFICAÇÃO DO SOLICITANTE

RAZÃO SOCIAL: CASA DA DIVINA PROVIDÊNCIA

CNPJ nº 03.235.490/0001-01

ENDEREÇO: Praça 13 de maio, nº 2007

BAIRRO: Centro

CIDADE: Ituiutaba

UF: MG

CEP:
38300-108

FONE:
34 9973-6473

LEI DE UTILIDADE PÚBLICA:
Lei nº 3.425, de 27/10/2000

CONTA CORRENTE:
76.098-6

BANCO:
Brasil

Agência
0204-6

REGISTRO CMAS:

NOME DO RESPONSÁVEL: ELSA MARIA DE JESUS

CARGO: Presidente

DATA VENCIMENTO DO MANDATO:

09/02/2024 A 09/02/2026

FONE CONTATO:
34-9973-6473

2 – Caracterização da Proposta

Duração

Contribuir para o bem estar de mais de 150 (cento e cinquenta) idosos, acamados e pessoas de baixa vulnerabilidade social através de doação de fraldas geriátricas. Fazer a manutenção dos computadores do nosso projeto de aulas de computação.

JUSTIFICATIVA:

É preciso ter um olhar especial para a pessoa idosa que muito contribui para a formação pessoal, social e profissional dos membros da família, bem como para o desenvolvimento e progresso de Ituiutaba. É triste ver muitos deles vivendo em situação precária e enfrentando diversidades impostas pelo ciclo natural da vida e outras impostas pela dignidade social. Diante de situações de desemprego, conflitos familiares e outras, muitos idosos tornam-se o provedor da família, situação essa agravante e reduzindo o já escasso poder de compra dos idosos.

TIPO DE ATIVIDADE QUE PRETENDE DESENVOLVER:

Confecção e doação de fraldas geriátricas. As atividades serão desenvolvidas de segunda a quarta-feira, das 13h às 16h.

Bem como, fazer a manutenção dos computadores do projeto de aulas de computação.

Elsa Maria de Jesus

PLANO DE TRABALHO

METAS/PESSOAS BENEFICIADAS:

Atender o maior número de idosos, acamados e pessoas de baixa vulnerabilidade social.
Mais de 150 pessoas

IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DA PESSOA RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO PROJETO:

Elsa Maria de Jesus, presidente, CPF nº 288.761.566-15, RG nº 1.193.356-SSP/MG, residente e domiciliada a Avenida 27, nº 827 – Centro, telefone: 9-9973-6473

3 – PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS

3.1 – DEMONSTRATIVO DE CUSTOS SOLICITADOS À PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUIUTABA CUSTOS DE INVESTIMENTO E/OU CUSTEIO

ESPECIFICAÇÃO	INDICADOR FÍSICO		CUSTOS EM R\$ 1,00	
		QUANT	UNITÁRIO	TOTAL
- Manutenção de equipamentos de fabricação de fraldas geriátricas				
- Insumos (filtrante, polietileno, manta geriátrica, cola, elástico, fita reposicional, sacos para embalagens dentre outros correlatos)				
- Prestação de serviço pessoa jurídica: assessoria jurídica, administrativa e contábil				
- Pagamento de peças e mão de obra dos computadores do projeto – Aula de Computação				
				37.645,00

4.1.1 – CONCEDENTE (Nº PESSOAL)

Meta	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maiο	Junho
	-	-	-	37.645,00	-	-
Meta	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
	-	-	-	-	-	-

4.2 – PROPONENTE (CONTRAPARTIDA)

Meta	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maiο	Junho
	-	-	-	-	-	-
Meta	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
	-	-	-	-	-	-

Elsa Maria de Jesus

PLANO DE TRABALHO

4.2.1 - PROPONENTE (PESSOAL, ADMINISTRAÇÃO E PRÉDIO)

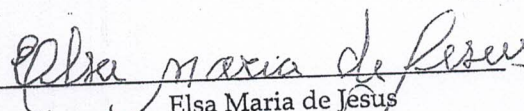
Meta	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho
	-	-	-	-	-	-
Meta	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
	-	-	-	-	-	-

5 - DECLARAÇÃO

Na qualidade de representante legal do proponente, declaro para fins de prova junto à **Prefeitura Municipal de Ituiutaba**, para os efeitos e sob as Penas da Lei, que inexistirá qualquer débito em mora ou situação inadimplência no Município ou em qualquer órgão ou entidade da **Administração Pública Estadual e Federal**, que impeça a transferência de recursos oriundos de dotações consignadas nos orçamentos da União, do Estado e do Município, na forma deste Plano de Trabalho.

Pede Deferimento.

Ituiutaba em de de 2025.


Elsa Maria de Jesus
Presidente
PROponente

6 - APROVAÇÃO PELO CONCEDENTE

PLANO DE TRABALHO

APROVADO:

Ituiutaba em de de 2025

LEANDRA GUEDES FERREIRA
Prefeita de Ituiutaba
1º Partícipe

Elza Maria de Jesus

CASA DA DIVINA PROVIDENCIA

CNPJ N. 03.235.490/0001-01
Praça 13 de maio, 2007 – Ituiutaba-MG

FICHA CADASTRAL

EXERCICIO 2025

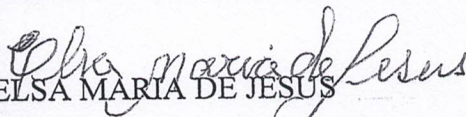
I – IDENTIFICAÇÃO

- 01 – Entidade: CASA DA DIVINA PROVIDÊNCIA
- 02 – CNPJ: 03.235.490/0001-01
- 03 – Endereço: Praça Treze de Maio, n. 2007
- 04 – CEP: 38300-108
- 05 – Bairro: Centro
- 06 – Telefone: 3499973-6473

II – IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL

- 10 – Nome: ELSA MARIA DE JESUS
- 11 – CPF: 288.761.566-15
- 12 – RG: MG-1.193.356 SSP/MG
- 13 – Posse: 09/02/24 a 09/02/26
- 14 – Endereço: Avenida 27, n. 827
- 15 – Bairro: Centro
- 16 – Telefone:
- 17 – Celular: 34-99973-6473

Ituiutaba, em 27 de fevereiro de 2025.


ELSA MARIA DE JESUS

Presidente da CASA DA DIVINA PROVIDÊNCIA

CPF 288.761.566-15



CASA DA DIVINA PROVIDÊNCIA

CNPJ 03.235.490/0001-01

Praça 13 de Maio nº 2007 - 38300-108 - Ituiutaba - MG

QUINTA ALTERAÇÃO DO ESTATUTO DA CASA DA DIVINA PROVIDENCIA

EMENTA : ADEQUAÇÃO AO CÓDIGO CIVIL

CAPITULO I

DA DENOMINAÇÃO, SEDE E AFINS

Art.1º - A "CASA DA DIVINA PROVIDÊNCIA", situada à Praça 13 de Maio nº 2007, fundos, centro, CEP: 38.300.152, fundada em 02 de fevereiro de 1998, é uma sociedade, sem fins lucrativos, de caráter beneficente, de duração indeterminada, com a sede e foro no Município de Ituiutaba-Mg., e que se regerá pela presente alteração ao Estatuto, registrado sob nº 1.761, às fls. 178, em 04/06/1999; primeira alteração do estatuto registrado sob nº 1.895, às fls. 199, em 20/01/2003; e segunda alteração do estatuto registrado sob nº 1.897, às fls. 200, em 20/01/2003.

Art. 2º A "CASA DA DIVINA PROVIDÊNCIA", tem por finalidade: promover a formação de crianças, adolescentes carentes e de rua, bem como das respectivas famílias e idosos nos aspectos social, profissional, moral, espiritual, educacional e cultural, sem distinção de raça, cor, condição social, credo político e religioso.

Art. 3º Para cumprir suas finalidades, a Instituição organizar-se-á em unidade de prestação de serviços, as quais se regerão pelo Regimento Interno visando:

I – Proporcionar às crianças carentes e de rua, de acordo com a faixa etária, a iniciação e/ou a qualificação para o trabalho;

II – Oferecer cursos profissionalizantes para adolescentes e adultos carentes e/ou desempregados, e preparar mão-de-obra qualificada;

III – Orientar as famílias, proporcionando palestras formativas e informativas para gestantes, nutrízes, domésticas bem como os cursos específicos;

Parágrafo Primeiro – A "Casa da Divina Providência", terá seu Regimento Interno próprio, que conterá as diretrizes de sua organização;

Parágrafo Segundo – A Instituição poderá prever em seu Regimento Interno, outras prestações de serviços que lhes possibilitem melhor cumprir as suas finalidades.

CAPITULO II

DOS SÓCIOS

Art. 4º - A "Casa da Divina Providência" é constituída por número, ilimitado de sócios, que serão admitidos, a juízo da diretoria, dentre pessoas idôneas, maiores de idade, em pleno gozo de seus direitos civis, e que manifestem interesse em contribuir para a execução dos objetivos da Instituição.

Parágrafo Primeiro – A demissão dar-se-á a pedido do associado, mediante carta dirigida à Diretoria da Instituição, não podendo ser negada;

Parágrafo Segundo – A exclusão será aplicada pela Diretoria com o aval da Assembleia Geral e ocorrerá por morte física ou por infringir qualquer disposição legal ou estatutária, 60(sessenta) dias após o associado ter sido notificado por escrito.

Parágrafo Terceiro – O associado poderá recorrer à Assembleia Geral dentro do prazo de 30(trinta) dias, contados da data do recebimento da notificação.

Parágrafo Quarto – O recurso terá efeito suspensivo até a realização da primeira Assembleia Geral.

Parágrafo Quinto – A eliminação considerar-se-á definitiva se o associado não recorrer da penalidade, no prazo previsto no parágrafo terceiro deste artigo.

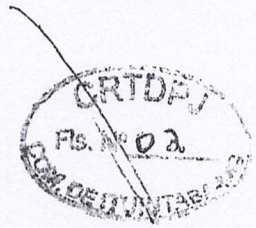
[Handwritten signatures and notes at the bottom of the page]



CASA DA DIVINA PROVIDÊNCIA

CNPJ 03.235.490/0001-01

Praça 13 de Maio nº 2007 - 38300-108 - Ituiutaba - MG



Art. 5º - Haverá as seguintes categorias de associados:

Parágrafo Primeiro – Sócios Fundadores, são aqueles que subscreveram a Ata da Assembleia da Fundação da “Casa da Divina Providência”.

Parágrafo Segundo – Sócios Efetivos, são aqueles que se comprometem a trabalhar assiduamente na realização do programa da “Casa da Divina Providência”, observando o presente Estatuto.

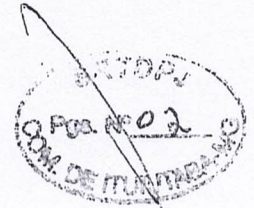
Parágrafo Terceiro – Sócios Colaboradores, são aqueles que contribuem financeiramente e economicamente para as finalidades da Instituição.

Art. 6º - São direitos dos sócios, quites com suas obrigações sociais:

I – Votar e ser votado para os cargos eletivos;

II – Tomar parte nas Assembleias Gerais;

III – Contribuir na organização e dinamização da Instituição.



Art. 7º - São deveres dos sócios:

I – cumprir as disposições estatutárias e regimentais;

II – acatar as determinações da Diretoria e a Resoluções;

III – observar os princípios da moral cristã;

IV – os sócios efetivos deverão pelo menos uma vez por semana dedicar-se ao cumprimento das atividades da Instituição.

Art. 8º - Os associados da entidade não responde, nem mesmo, subsidiariamente, pelas obrigações e encargos sociais da entidade.

CAPÍTULO III DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 9º - A “Casa da Divina Providência” será administrada por:

I – Assembleia Geral

II – Conselho Superior

III – Diretoria

IV – Conselho Fiscal

Art. 10º - A Assembleia Geral, órgão soberano da vontade social, constituir-se-á dos sócios em pleno gozo de seus direitos estatutários.

Art. 11º - Compete a Assembleia Geral:

I – eleger o Conselho Superior, a diretoria e o conselho fiscal;

II – Aprovar as contas;

III – Apreciar recursos contra decisões da diretoria;

IV – decidir sobre reformar do estatuto;

V – decidir sobre a conveniência de alienar, transigir, hipotecar ou permutar bens patrimoniais;

VI – decidir sobre a extinção da entidade nos termos do artigo 30;

VII – aprovar o Regime Interno;

VIII – revisar o Plano Geral da Instituição, propondo novas metas.

Parágrafo Único – A Assembleia Geral competirá privativamente destituir os administradores e alterar o estatuto.

Leandro Gonzaga Fernandes
OAB-MG 108.581

Art. 12º - A Assembleia Geral realizar-se-á, ordinariamente, uma vez por ano para:

I – apreciar o relatório anual da Diretoria;

II – discutir e homologar as contas e o balanço aprovados pelo Conselho Fiscal;

III – outras atribuições que lhe são próprias por Estatuto.

Leandro Gonzaga Fernandes

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



CASA DA DIVINA PROVIDÊNCIA

CNPJ 03.235.490/0001-01

Praça 13 de Maio nº 2007 - 38300-108 - Ituiutaba - MG



Art. 13º - A Assembleia Geral realizar-se-á, extraordinariamente, quando convocada:

- I – Conselho Superior
- II – Diretoria
- III – Conselho Fiscal.

Art. 14º - A convocação da Assembleia Geral será feita por meio do edital afixado na sede da Instituição, publicação na imprensa local, por circulares ou outros meios convenientes, com antecedência mínima de 10 dias.

Parágrafo Único – Qualquer Assembleia instalar-se-á em primeira convocação com a maioria dos associados e, em segunda convocação, com qualquer numero, não exigindo a Lei quórum especial.

Art. 15º - A Diretoria será constituída por um Presidente, um vice-presidente, primeiro e segundo secretários, primeiro e segundo tesoureiros.

Parágrafo Único – O mandato da Diretoria será de 02(dois) anos, podendo haver mais de uma reeleição consecutiva.

Art. 16º - Compete à Diretoria:

- I – elaborar o programa anual de atividades e executá-lo;
- II – elaborar e apresentar à Assembleia Geral o relatório anual;
- III – relacionar-se com instituições publicas e privadas para mutua colaboração em atividades de interesse comum;
- IV – contratar e demitir funcionários;
- V – tomar resoluções, sempre com voto deliberativo do Conselho Superior.

Art. 17º - A Diretoria reunir-se-á no mínimo uma vez por mês.

Art. 18º - Compete ao Presidente:

- I – representar a Instituição, ativa, passiva, judicial e extra-judicialmente;
- II – cumprir e fazer cumprir este Estatuto e o Regimento Interno;
- III – convocar e presidir as reuniões da Diretoria;
- IV – movimentar, com o tesoureiro, as contas financeiras e assinar cheques.

Art. 19º - Compete ao Vice-Presidente:

- I – substituir o presidente em suas faltas ou impedimentos;
- II – assumir o mandato, em caso de vacância, até o seu termino;
- III – prestar, de modo geral, a sua colaboração ao Presidente.

Art. 20º - Compete ao Primeiro Secretario:

- I – secretariar as reuniões da Diretoria e Assembleia Geral e redigir as competentes atas;
- II – publicar todas as noticias da atividade da entidade;
- III – responsabilizar-se pela correspondência oficial.

Art. 21º - Compete ao Segundo Secretario:

- I – substituir o primeiro secretario em suas faltas ou impedimentos;
- II – assumir o mandato, de primeiro secretario, em caso de vacância, até o seu termino;
- III – prestar, de modo geral, a sua colaboração ao primeiro secretario.

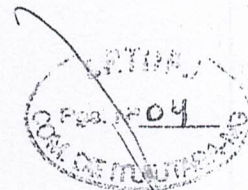
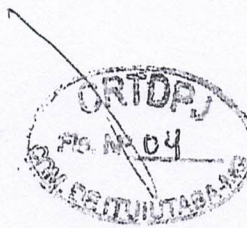
Fernando Gonzaga Fernandes
Diretor



CASA DA DIVINA PROVIDÊNCIA

CNPJ 03.235.490/0001-01

Praça 13 de Maio nº 2007 - 38300-108 - Ituiutaba - MG



Art. 22º - Compete ao Primeiro Tesoureiro:

- I – arrecadar e contabilizar as contribuições dos associados, rendas, auxílios e donativos em dinheiro ou espécie, mantendo em dia a escrituração, toda comprovada;
- II – pagar as contas das despesas, autorizadas pelo Presidente;
- III – apresentar relatórios de receitas e despesas, sempre que forem solicitadas;
- IV – apresentar o relatório financeiro para ser submetido à Assembleia Geral;
- V – apresentar semestralmente o balancete ao Conselho Fiscal;
- VI – conservar sob sua guarda e responsabilidade, o numerário e documentos relativos à tesouraria, inclusive contas bancárias;
- VII – assinar cheques em assinatura conjunta com o Presidente.

Art. 23º – Compete ao Segundo Tesoureiro:

- I – auxiliar o primeiro tesoureiro no desempenho de suas funções, substituindo-o nas faltas e impedimentos e em caso de vacância, até o seu termino.

Art. 24º – O Conselho Superior, cujo mandato será de 02(dois) anos, podendo ser reeleito pela Assembleia Geral, tantas vezes quanto forem necessárias.

- I – O Conselho Superior se reunirá no mínimo duas vezes por ano ou, extraordinariamente quando convocado pelo seu Presidente.

Art. 25º - Compete ao Conselho Superior:

- I – discutir e deliberar por maioria de votos, em definitivo, sobre quaisquer matérias relativa à Entidade;
- II – presidir a Assembleia Geral;
- III – empossar a Diretoria;
- IV – decidir sobre os casos omissos deste Estatuto;
- V – decidir sobre a aquisição de bens.

Art. 26º - O Conselho Fiscal será composto por dois membros e seus respectivos suplentes, eleitos pela Assembleia Geral.

Parágrafo Primeiro – O mandato do Conselho Fiscal será coincidentemente com o mandato da Diretoria.

Parágrafo Segundo – Em caso de vacância, o mandato será assumido pelo respectivo suplente, até o seu termino.

Art. 27º - Compete ao Conselho Fiscal:

- I – examinar os livros de escrituração da Entidade;
 - II – examinar o balancete semestral apresentado pelo Tesoureiro, opinando a respeito;
 - III – apresentar os balanços e inventários que acompanham o relatório anual da Diretoria;
 - IV – opinar sobre a aquisição e alienação de bens, por parte da Instituição.
- Parágrafo Único – O Conselho reunir-se-á ordinariamente a cada três meses e extraordinariamente sempre que necessário.

Ar. 28º As atividades dos diretores e conselheiros, bem como as dos associados, serão inteiramente gratuitas, sendo-lhes vedado o recebimento de qualquer lucro, gratificação, bonificação ou vantagem.

Leandro Gonzaga Fernandes
OAB-MG 108.587

Art. 29º A entidade não distribuirá lucros, resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcela de seu patrimônio, sob nenhuma forma ou pretexto.

Assinado por: [assinatura]

[assinatura]

[assinatura]

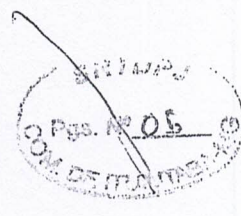
[assinatura]



CASA DA DIVINA PROVIDÊNCIA

CNPJ 03.235.490/0001-01

Praça 13 de Maio nº 2007 - 38300-108 - Ituiutaba - MG



Art. 30º - A receita da "Casa da Divina Providência", necessária a sua manutenção será constituída por:

I – doações de qualquer natureza, recebidas;

II – produto liquido de promoções de beneficência;

III – rendas de emprego de capital ou patrimônio que possua ou venha a possuir;

IV – auxilio e subvenções que venha a receber do poder publico;

V – auxilio ou recursos provenientes de convenio que venha a receber de entidades privadas.

VI- Termo de Fomento: instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração publica que envolvam a transferência de recursos financeiros.

Parágrafo Único – Essas rendas, recursos e eventual resultado operacional serão aplicados integralmente na manutenção e desenvolvimento dos objetivos institucionais, no território nacional.

CAPITULO IV DO PATRIMÔNIO

Art. 31º - O patrimônio da "Casa da Divina Providência", será constituído de bens moveis, imóveis, veículos e semoventes, ações de dividas publicas, contribuições dos associados, auxílios e donativos em dinheiros ou espécie.

Art. 32º - No caso de dissolução social da Instituição, os bens remanescentes será destinados a outra instituição congênere, com personalidade jurídica, que esteja registrada no Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS ou entidade publica.

CAPITULO V DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 33º - A "Casa da Divina Providência", será dissolvida por decisão em Assembléia Geral Extraordinária, especialmente convocada para esse fim, quando se tornar impossível a continuação de suas atividades.

Art. 34º - O presente Estatuto poderá ser reformado, em qualquer tempo, por decisão de 2/3 (dois terço) dos presentes à Assembléia Geral especialmente convocada para esse fim, não podendo ela deliberar, em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos associados, ou com menos de 1/3 (um terço) nas convocações seguintes, e entrará em vigor na data do seu registro em Cartório.

Art. 35º - Os casos omissos será resolvidos pela Diretoria e referendados pela Assembleia Geral.

Art. 36º - A Entidade observará os princípios fundamentais de Contabilidade e da Norma Brasileira de Contabilidade.

CAPITULO VI DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 37º - A "Casa da Divina Providência", por seu Conselho Superior e sua Diretoria, aprova a presente Alteração do Estatuto, consolidando as alterações anteriores em um só documento, para registro no Cartório de Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas, da Comarca de Ituiutaba – MG.

Ituiutaba, 23 de Junho de 2017

Leonardo Gonzaga Fernandes
OAB-MG 108.581

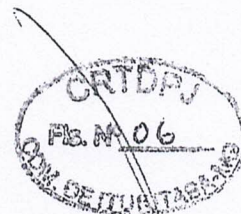
Pe. Edoardo dos Reis
PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DA "CASA DA DIVINA PROVIDÊNCIA"



CASA DA DIVINA PROVIDÊNCIA

CNPJ 03.235.490/0001-01

Praça 13 de Maio nº 2007 - 38300-108 - Itumbeta - MG



Pe. Eduardo Reis

Pe. Eduardo dos Reis
Presidente do Conselho
End.: Av. 32, N° 1770, Centro
Profissão: Padre
CPF: 493.481.756-53
RG: 1.854.396

Elsa Maria de Jesus

Elsa Maria de Jesus
Presidente da Casa da Divina Providência
Endereço: Av. 27 N° 827, Centro
Profissão: Aposentada
CPF: 288.761.566-15
RG: DI M1.193.356

Lindalva Aparecida Alves
Lindalva Aparecida Alves
Vice presidente
Endereço: Rua Saul de Carvalho, N° 754, Independ.
Estado Civil: Casada
Profissão: Funcionária Pública Federal
CPF: 430.485.286-87
RG: M 2.473.091

Olenice Garcia Abrão
Olenice Garcia Abrão
1ª Secretária
Endereço: Av. 23, n° 1.500, Centro
Estado Civil: Casada
Profissão: Do lar
CPF: 959.979.116-91
RG: 683.570

Maria Jandira Sousa Moraes
Maria Jandira Sousa Moraes
2ª Secretária
Endereço: Av. 13 n° 592, apto. 601-Centro
Estado Civil: Viúva
Profissão: Aposentada
CPF: 416.900.446-91
RG: MI 045.567

Luiza Maria Gonzaga Fernandes

Luiza Maria Gonzaga Fernandes
1ª Tesoureira
Endereço: Rua 30, N° 1705, Centro
Estado Civil: Casada
Profissão: Aposentada
CPF: 240.413.196-68
RG: MG 10.901.902

Shirlei da Glória Barbosa

Shirlei da Glória Barbosa
2ª Tesoureira
Endereço: AV. 32, N° 1705, Centro
Estado Civil: Casada
Profissão: Aposentada
CPF: 240.413.196-68
RG: MG 10.901.992



Conselho Fiscal

João Batista de Lima
João Batista de Lima
Endereço: AV. Minas Gerais, N° 1862, Setor Sul
Estado Civil: Casado
Profissão: Contador
CPF: 138.942.346-87
RG: 852.130

Josilvanda Dias de Oliveira
Josilvanda Dias de Oliveira
Endereço: AV. 35, N° 257, Setor Sul
Estado Civil: Solteira
Profissão: Professora
CPF: 485.762.126-68
RG: M 7.172.525

Suplentes do Conselho Fiscal

José Cardoso de Oliveira
José Cardoso de Oliveira
Endereço: Tobias Costa Junqueira, N° 702, Junqueira
Estado Civil: Casado
Profissão: Industriário
CPF: 145.770.896-53
RG: MG 290.640

Otaviano Fernandes Gonçalves
Otaviano Fernandes Gonçalves
Endereço: Alvares Maciel, N° 305, Eldorado
Estado Civil: Casado
Profissão: Analista de Sistema
CPF: 046.177.916-12
RG: MG 9.224.449

Leandro Gonzaga Fernandes
Leandro Gonzaga Fernandes
OAB-MG 108.581



CASA DA DIVINA PROVIDÊNCIA

CNPJ 03.235.490/0001-01

Praça 13 de Maio nº 2007 - 38300-108 - Ituiutaba - MG

ILMO SENHOR OFICIAL DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS DA
COMARCA DE ITUIUTABA/MG.

REQUERIMENTO

Elsa Maria de Jesus, brasileira, divorciada, professora inscrita no CPF/MF sob o nº 288.761.566-15 e titular do RG nº DIM 1.193.356-SSP/MG, residente e domiciliada na cidade de Ituiutaba/MG, na Av. 27 nº 827 centro na qualidade de presidente e representante legal da Casa da Divina Providência, em salas da Paróquia São Benedito, situada na Praça 13 de Maio, nº 2007, nesta cidade de Ituiutaba/MG, vem à presença de Vossa Senhoria, a fim de cumprimento à legislação vigente e conforme disposição estatutárias, requerer, nos termos da Lei (art. 121 da Lei Federal 6.015/73 e art. 1.151 do Código Civil Brasileiro) a averbação e arquivamento do seguinte documento:

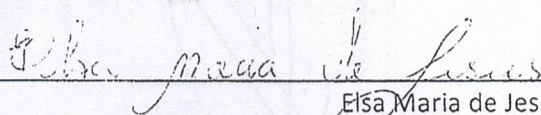
1. 5ª alteração estatutária da Casa da Divina Providência.

Por oportuno, declaro para os devidos fins que se fizerem necessários, inclusive sob pena de responsabilização; que para a realização da Assembléia supra, foram observados todos os requisitos legais e ainda todas as disposições estatutárias pertinentes, inclusive quanto à antecedência mínima de convocação e também ao quórum mínimo legal exigido.

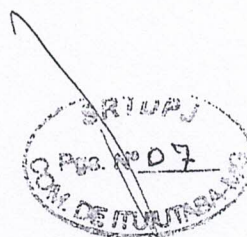
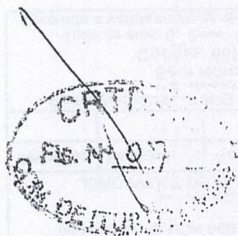
Requeiro ainda que seja expedida uma Certidão de Breve Relato do documento Registrado/Averbado.

Ituiutaba/MG, 23 de Junho de 2017.

N. termos
Aguarda deferimento



Elsa Maria de Jesus
CPF/MF nº 288.761.566-15





ILMO SENHOR OFICIAL DO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS DA
COMARCA DE ITUIUTABA/MG.

REQUERIMENTO

Eu, Elsa Maria de Jesus, brasileira, divorciada, aposentado, inscrito no CPF/MF sob o nº. 288.761.566-15 e titular do RG nº. MG- 1.193.356 SSP/MG, filho de Vandenor Alves Pereira e Eva Geralda Pereira, residente e domiciliado na cidade de Ituiutaba/MG, sito à Rua 36, nº 1.769, Bairro Centro, CEP: 38.300.090, na qualidade de representante legal da CASA DA DIVINA PROVIDENCIA, inscrita no CNPJ 03.235.490/0001-01, divinaprovidencia_itba2016@hotmail.com, com sede na Praça Treze de Maio nº 2007, Bairro Centro, CEP: 38.300.108, nesta cidade de Ituiutaba/MG, vem à presença e Vossa Senhoria, a fim de cumprimento à legislação vigente e conforme disposições estatutárias, requerer, a Averbação e arquivamento do seguinte documento:

1. Ata de Assembleia Geral Ordinária, realizada no dia 09.02.2024 com o objetivo específico de eleição e posse da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal da CASA DA DIVINA PROVIDENCIA, período de mandato 09.02.2024 a 09.02.2026.

Por oportuno, declaro para os devidos fins que se fizerem necessários, inclusive sob pena de responsabilização; que para a realização da Assembleia supra, foram observados todos os requisitos legais e ainda todas as disposições estatutárias pertinentes, inclusive quanto à antecedência mínima de convocação e também ao quórum mínimo legal exigido.

RECIBO DAS CUSTAS EMITIDO EM NOME DE: CASA DA DIVINA PROVIDENCIA

Ituiutaba/MG, 09 de FEVEREIRO de 2024.

N. Termos

Aguarda deferimento.

ELSA MARIA DE JESUS
CPF/MF: 288.761.566-15

CASA DA DIVINA PROVIDÊNCIA

CNPJ 03.235.490/0001-01

**Praça 13 de Maio nº 2007 – Fundos – CEP 38.300.108 – Bairro Centro
Ituiutaba - MG**



CASA DA DIVINA PROVIDÊNCIA

ATA DA ELEIÇÃO E POSSE DA NOVA DIRETORIA

PERÍODO DO MANDATO: 09/02/2024 À 09/02/2026

DATA DA REUNIÃO: 09/02/2024

**REGISTRADO NO LIVRO A – 3, FLS – 290, SOB O Nº3373 EM 26/06/2008 NO
CARTÓRIO REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS DA COMARCA DE
ITUIUTABA-MG**

**ATA DA DE POSSE DA NOVA DIRETORIA DA “CASA DA DIVINA
PROVIDÊNCIA” PARA O BIENIO INICIO DO MANDATO EM 09.02.2024 A
09.02.2026.**

Aos nove(09) dias do mês de fevereiro de 2024 (dois mil e vinte e quatro), às dezesseis horas, atendendo a solicitação da presidente da Casa da Divina Providência, em uma das salas da Paróquia São Benedito, situada a Praça 13 de maio, nº 2007, Fundos, reuniram-se o Presidente do Conselho, Padre Julio Cesar de Oliveira, membros da atual Diretoria e algumas voluntárias da Casa da Divina Providência. Após a oração inicial deu se o inicio ao estudo do referido estatuto. E por aclamação dos presentes em permanecer a atual Diretoria, Elsa Maria de Jesus aceitou e agradeceu a confiança nela depositada. Sendo a eleita como Vice Presidente Janice Severino Maia Verissimo, a 1ª (primeira) Secretária Hilda de Assis franco Lucena e a 2ª (segunda) Maria Aparecida dos Santos, Conselho Fiscal – Esneria Aparecida Vilela e Maria Geraldina de Assunção Franco, Suplente do Conselho Fiscal - Marciana Lucia da Costa Souza, Ronita Ribeiro Franco, 1ª (primeira) Tesoureira Sonia Alves e 2ª (segunda) tesoureira Lucimar Aparecida da Silveira. Nada mais havendo a tratar lavrei a presente ata, que vai assinada por mim secretaria que a subscrevi, pelos membros da nova diretoria e pelos presentes.

Ituiutaba – MG em 09 de Fevereiro de 2024.

Elsa Maria de Jesus
Elsa Maria de Jesus

Presidente da Casa da Divina Providência

End. Rua 36 nº 1769 Centro

CEP 38.300-090 em Ituiutaba-MG

Estado Civil: Divorciada

Profissão; Aposentada

RG: MG-1.193.356

CPF: 288.761.566-15

Nacionalidade: Brasileira

Pc. Julio Cesar de Oliveira
Pc. Julio Cesar de Oliveira

Presidente do Conselho

End. Rua 32 nº 1770 Centro

CEP 38.000-086 em Ituiutaba-MG

Estado Civil: Solteiro

Profissão : Padre

RG -20515.279-X

CPF: 094.846.898-09

Nacionalidade : Brasileiro

Sonia Alves
Sonia Alves

Marciana Lucia da Costa Souza
Marciana Lucia da Costa Souza

Esneria Aparecida Vilela
Esneria Aparecida Vilela

Lucimar Aparecida da Silveira
Lucimar Aparecida da Silveira

CASA DA DIVINA PROVIDÊNCIA

CNPJ 03.235.490/0001-01

Praça 13 de Maio nº 2007 – Fundos – CEP 38.300.108 – Bairro Centro

Ituiutaba - MG



Janice Severino Maia Verissimo

Janice Severino Maia Verissimo - **Vice presidente**, Estado Civil Casada, Profissão Aposentada, RG: MG-3.031.777 CPF: 463.991.196-34, Nacionalidade Brasileira. End. Av. Independência nº 1.560 Bairro Independência, CEP 38.304-205 em Ituiutaba-MG.

Sônia Alves

Sônia Alves 1ª **Tesoureira**, Estado Civil Solteira, Profissão Aposentada, RG: MG-2.329.633 CPF: 360.413.436-68, Nacionalidade: Brasileira. End. Rua José Gouveia de Carvalho Junior Nº 262, Bairro CS Portal dos Ipês, CEP 38.303-247 em Ituiutaba-MG.

Lucimar Aparecida da Silveira

Lucimar Aparecida da Silveira 2ª **tesoureira**, Estado Civil Casada, Profissão aposentada, RG: M-3.000.762, CPF: 537.326.346-04, Nacionalidade Brasileira. End. Rua Fernando Santiago nº 270, Bairro Jardim Rosário, CEP 38.304-046 em Ituiutaba-MG.

Hilda de Assis Franco Lucena

Hilda de Assis Franco Lucena 1ª **Secretária**, Estado Civil Casada Profissão Aposentada RG-MG-646.674 CPF: 360.441.566-72 Nacionalidade Brasileira End. Rua 42 nº 567 Bairro Progresso CEP 38.302-016 em Ituiutaba-MG.

Maria Aparecida dos Santos

Maria Aparecida dos Santos 2ª **Secretaria**, Estado Civil Casada Profissão Cabelereira RG: MG-5.993.906 CPF 770. 702.406-00 Nacionalidade Brasileira, End. Rua 34 nº 1639 Bairro Centro CEP 38.300-088 em Ituiutaba-MG.

Esneria Aparecida Vilela

Esneria Aparecida Vilela **Conselho Fiscal** Estado Civil Divorciada Profissão Aposentada RG:MG-2.869.149 CPF: 513.714.566-15 Nacionalidade : Brasileira Conselho Fiscal, End. Rua 32 nº1881 Centro CEP 38.000-086 em Ituiutaba-MG

Maria Geraldina de Assunção Franco

Maria Geraldina de Assunção Franco **Conselho Fiscal** Estado Civil Casada, Profissão Aposentada, RG: MG-810.101 CPF:047.588.216-06 Nacionalidade Brasileira, End. Av. 23 nº 1047 Bairro Centro CEP 38.300-114 em Ituiutaba-MG.

Suplentes do Conselho Fiscal

Marciana Lucia da Costa Souza

Marciana Lucia da Costa Souza, Estado Civil Casada, Profissão Aposentada, RG-MG-5.941.256 CPF: 393.293.056-87 Nacionalidade Brasileira End. Rua Seis "A" nº 198 Bairro Setor Norte CEP 38.300-242 em Ituiutaba-MG.

Romita Ribeiro Franco

Romita Ribeiro Franco Estado Civil Casada, Profissão Aposentada RG-M-2.326.662 CPF: 394.170.346-34 Nacionalidade Brasileira, End. Rua 32 nº 2.081 Bairro Centro CEP 38.000-086 em Ituiutaba-MG

CASA DA DIVINA PROVIDENCIA

CNPJ N. 03.235.490/0001-01
Praça 13 de maio, 2007 – Ituiutaba-MG

CASA DA DIVINA PROVIDÊNCIA

Relação Nominal

PRESIDENTE: Elsa Maria de Jesus

VICE-PRESIDENTE: Janice Severino Maia Verissimo

1ª TESOUREIRA: Sônia Alves

2ª TESOUREIRA: Lucimar Aparecida da Silveira

1ª SECRETÁRIA: Hilda de Assis Franco Lucena

2ª SECRETÁRIA: Maria Aparecida dos Santos

CONSELHO FISCAL: Esneria Aparecida Vilela

Maria Geraldina De Assunção Franco

SUPLENTE DO CONSELHO FISCAL: Marciana Lucia da Costa Souza

Ronita Ribeiro Franco

Ituiutaba, em 27 de fevereiro de 2025.


ELSA MARIA DE JESUS

Presidente da CASA DA DIVINA PROVIDÊNCIA

CPF 288.761.566-15

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE MINAS GERAIS
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

NOME ELSA MARIA DE JESUS

FILIAÇÃO
EVA GERALDA PEREIRA


VANDENOR ALVES PEREIRA

DATA NASCIMENTO 16/12/1948

ORGÃO EXPEDIDOR PCMG

NATURALIDADE ITUIUTABA-MG

OBSERVAÇÃO *****



Elsa Maria de Jesus
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

LEI Nº 7.116 DE 29 DE AGOSTO DE 1983

CPF 28876156615 DNI ***** PII-1255 VIA-4

REGISTRO GERAL MG-1.193.356 DATA DE EXPEDIÇÃO 23/02/2023

REGISTRO CIVIL

CAS.AV.SEP LV-83-AUX FL-268V ITUIUTABA-MG *****

T. ELEITOR / ZONA / SEC 009772100230 141 94 CTPS / SÉRIE / UF *****

NIS / PIS / PASEP ***** IDENTIDADE PROFISSIONAL ***** POLEGAR DIREITO


CERT. MILITAR *****

CNH ***** CNS 704201784904789

MAIOR DE 65 ANOS

AGNELO DE ABREU BAETA
DIRETOR DO INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL



Fla Maria



SUPERINTENDÊNCIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE ITUIUTABA

AUTARQUIA MUNICIPAL
R. 33 Nº 474 - Setor Sul - Ituiutaba (MG) - CEP 38300-030
CNPJ 17.819.061/0001-88 - Inscrição Estadual: 342.746166.0050
Atendimento ao Cliente SAE: Fone: 0800.341.8195 - (34) 3268-0400
www.sae.com.br

DAVID DUTRA DA SILVEIRA AV 27, 827, C/ 32 E 34, CENTRO 38300-110, ITUIUTABA MG 15-21-10		MES/ANO: 01/2025 NR. GUIA 11358012025-2 CATEGORIA/QTDE 1-RES;
LIGACAO: 11358-9 ID.ELETR.: 92111358@15		

DESCRICAO	VALOR
TBO AGUA	13,43
TBO ESGOTO	9,40
TARIFA DE AGUA	14,74
TARIFA DE ESGOTO	10,32
MULTA 11/2024	0,41
JUROS DE MORA 11/2024	0,21
DOACAO V. CONS. SEG. PREV.	0,50

AUTARQUIA MUNICIPAL IMUNE DE IRRF CONFORME,
CONSTITUICAO DA REPUBLICA ART 150, INCISO VI PARAGRAFO 2
IN RFB N1234, CAPITULO III ART 4 ANEXO IX

DATA LEITURA ANTERIOR 20/12/2024	DATA LEITURA ATUAL 22/01/2025	VENCIMENTO 20/02/2025	VALOR A PAGAR R\$ 49,01
LEITURA ANTERIOR 142 m3	LEITURA ATUAL 151 m3	CONSUMO REAL 9 m3	CONS. FATURADO 9 m3
NR. DO HIDROMETRO Y21G837234		VAZAO 1.5 m3	DIAMETRO 1/2"
			DATA DE INSTALACAO 03/09/2022

OCCORRENCIA:

DADOS DOS ULTIMOS 6 MESES				MENSAGEM
MES	CONSUMO	DIAS	MEDIA	COMUNIDADE VIGILANTE, CIDADE SEGURA! DENUNCIE! SI, AUTORES DE ROUBO, RECEP.TACAO, TRAFICO DE DRO GAS, FORAGIDOS E ARMAS ILICITAS. O SIGILO DA DENUN CIA E ABSOLUTO.
12/2024	8	27	0,30	
11/2024	7	32	0,22	
10/2024	14	29	0,48	
09/2024	14	32	0,44	
08/2024	11	33	0,33	
07/2024	9	29	0,31	

DETALHES SOBRE A LEGISLACAO VIDE VERSO		PERIODO DA ANALISE 01/12/2024 a 31/12/2024		
PARAMETRO	UNIDADE	VALOR PERMITIDO	VALOR MINIMO ENCONTRADO	VALOR MAXIMO ENCONTRADO
Turbidez	NTU	ate 5,0	0,20	0,44
Cor Aparente	uH	ate 15,0	0,00	4,00
Cloro Residual	mg/L	de 0,50 a 2,0	0,41	1,56
Fluor	mg/L	de 0,60 a 0,80	0,65	0,79
pH		de 6,0 a 9,5	6,54	6,96
Coliformes Tot		Ausencia	Ausente	Ausente
Colif. Termotol		Ausencia	Ausente	Ausente

FAVOR AUTENTICAR NO VERSO - DEVOLVER AO USUARIO - EMISSAO: 22/01/2025 08:19 - PAGUE POR PIX

DAVID DUTRA DA SILVEIRA AV 27, 827, C/ 32 E 34, CENTRO 38300-110, ITUIUTABA MG 15-21-10			
LIGACAO: 11358-9 ID.ELETR.: 92111358@15			
VENCIMENTO 20/02/2025	MES/ANO: 01/2025 NR. GUIA 11358012025-2	CATEGORIA/QTDE 1-RES;	VALOR A PAGAR R\$ 49,01



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE MINAS GERAIS

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO



FOLGAM DIREITO



Janice Aparecida Teixeira

CARTEIRA DE IDENTIDADE

1977.14

VALIDA EM TODO O TERRITORIO NACIONAL

DATA DE
EXPEDICAO

19/12/2021

CHALE SEVERINO MOTA VERISSIMO

AGUIM SEVERINO F.L.H.

PELHO ODEIA DE JEAS SEVERINO

100000000-000

00000000-000 10-00-00 00-00-00

00000000-000

00000000-000

DATA DE NASCIMENTO
20/11/1955

AGNELO DE ABREU BAETA

DIRETOR DO INSTITUTO DE IDENTIFICACAO

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

3.001.000



Documento Auxiliar da Nota Fiscal de Energia Elétrica Eletrônica
CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A. CNPJ 04.701.180/0001-16 / INSC. ESTADUAL 062.322134.0007
AV. BARBACENA, 1.200 - 17º ANDAR - ALA 1 - DISTRITO SANTO AGOSTINHO - CEP: 30170-131 - BELLO HORIZONTE - MG

Janice

LUCIA V. VERISSIMO DA SILVA
AV INDEPENDENCIA 1560 CS

INDEPENDENCIA
ITUJUBA - MG
CEP: 38304205

CPF: 128.4

Nº DO CLIENTE

7008950432

Nº de Instalação

Subclasse

Classe

3014233398

RESIDENCIAL

Bifásico

Anterior

Atual

Próxima

Tarifa

28/11

28/12

29/01

Convencional



Controle: 320431111608/0001 Data da impressão: 28/12/2024 06:26:48
NOTA FISCAL: 224154874 Série: 000 Data de emissão: 28/12/2024

Chave de acesso: 31241206981180000116660002241548742007819744
EMITIDA EM CONTINGENCIA - PENDENTE DE AUTORIZAÇÃO
Documento Auxiliar da Nota Fiscal de Energia Elétrica Eletrônica
Consulte a chave de acesso em: <http://www.sped.fazenda.mg.gov.br/spedmg/>

Tipo de Medição	Medição	Leitura Anterior	Leitura Atual	Constante de Multiplicação	Consumo kWh
Energia Elétrica	APG192018746	8100	8286	1	186

Itens da fatura	Unid.	Quant.	Preço unit.	Valor	PIS/COFINS	Base Calc. ICMS	Alíquota ICMS	ICMS	Tarifa unit.
Energia Elétrica	kWh	186	1,00894973	187,64	4,90	187,64	18,00	33,77	0,80094667
Contrib. Custeio Ilum. Pública				30,78					
Multa 2% sobre conta de 10/2024				5,29					

Total
BANDEIRA AMARELA - Já incluído no valor a pagar 223,71 4,90 187,64 33,77
0,28 Pág 1 de 1

REFERENTE A	VENCIMENTO	TOTAL A PAGAR
DEZ/2024	01/02/2025	R\$ 223,71
Base de Cálculo (R\$):		Valor (R\$):
ICMS	187,64	18,00
ICMS	153,87	0,57
PASEP	153,87	2,62
COFINS		

Histórico de Consumo			REVISÃO DE CONTAS VENCIDAS / DÉBITOS ANTERIORES		
Mês/Ano	Consumo kWh	Medida kWh/dia	Dias de Faturam.	Até 28/12/24 constava o seguinte débito:	
DEZ/2024	186	6,20	30	Débitos que sujeitam ao corte:	
NOV/2024	179	6,17	29	Mês/Ano Valor(R\$) Prev.Corte	
OUT/2024	240	7,27	33	10/2024 314,83 13/01/2025	
SET/2024	197	6,79	29		
AGO/2024	176	5,67	31		
JUL/2024	125	3,90	32		
JUN/2024	97	2,93	33		
MAI/2024	155	5,34	29		
ABR/2024	167	5,56	30		
MAR/2024	167	5,96	28		
FEV/2024	141	4,86	29		
JAN/2024	161	4,87	33		
DEZ/2023	141	4,86	29		

NOV/24 Band. Amarela - DEZ/24 Band. Verde. Tarifa vigente conforme Res Anel n° 3.328, de 21/05/2024. Redução alíquota ICMS conforme Lei Complementar 194/22. O pagamento desta conta não quita débitos anteriores. Para estes, estão sujeitas penalidades legais vigentes (multas) e/ou atualização financeira (juros) baseadas no vencimento das mesmas. É dever do consumidor manter os dados cadastrais sempre atualizados e informar alterações da atividade exercida no local. Faça sua adesão para recebimento da conta de energia por e-mail acessando www.cemig.com.br. Leitura realizada conforme calendário de faturamento.

Fale com a Cemig 116 - Se o número não estiver disponível na sua cidade, ligue 0800 7210 116. Deficientes auditivos - 0800 723 8007 - Ouvidoria Cemig 0800 728 3838



CÓDIGO DE DÉBITO AUTOMÁTICO

008089694254

VENCIMENTO

01/02/2025

TOTAL A PAGAR

R\$ 223,71

REFERENTE A: DEZ/2024

Nº DA INSTALAÇÃO: 3014233398

CEMIG

8364000002-2 23710138006-9 31464351011-3 08089694254-9

CEMIG

Documento Auxiliar da Nota Fiscal de Energia Elétrica Eletrônica
CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A. CNPJ 06.981.190/0001-15 / INSC. ESTADUAL 042.122134-00001
AV. BARRACENA, 1.200 - 1º ANDAR - ALA 1 - BARRIO SANTO AGOSTINHO - CEP. 30190-131 - BELO HORIZONTE - MG

BONIA ALVES
AV JOSE GOUVEIA DE CARVALHO
JUNIOR 262 CS
PORTAL DOS IPES
ITUIUTABA - MG
CEP 38307217

Nº DO CLIENTE:

Nº de Instalação		Subclasse	Classe
3011722891		RESIDENCIAL	Monofásico
Data de Validade		Modalidade Tarifária	
Anterior	Atual	Próxima	
27/12	28/01	25/02	
Tarifa Convencional			

CPF: 500.411.112-11



Conta: 3204511434660030 Data da impressão: 28/01/2025 06:53:25
NOTA FISCAL: 233499839 Série: 000 Data de emissão: 28/01/2025

Chave de acesso: 31260106981180000116660002334998392081142149
FISCAL EM CONTINGÊNCIA - PENDENTE DE AUTORIZAÇÃO
Documento Auxiliar da Nota Fiscal de Energia Elétrica Eletrônica
Consulte a chave de acesso em: <http://www.spesfiscala.com.br>

Consumo	Medida	Leitura Anterior	Leitura Atual	Constante de Multiplicação	Consumo kWh
Energia Elétrica	AMR131045552	12909	13035	1	126

Base de Cálculo	Unid	Quant	Preço unit	Valor	PIS	COFINS	Base Calc. ICMMS	Alíquota ICMMS	ICMMS	Tarifa unit
Energia Elétrica	kWh	126	1,01112671	127,39	3,70	127,39	19,00	23,93	0,79069000	
Contribuição Social do Fornecedor				21,99						
Imposto de Renda sobre Lucros				2,40						
Imposto de Renda sobre Lucros				16,73						

Lei nº 12.741/2012, de 21 de maio de 2012
Lei nº 12.741/2012, de 21 de maio de 2012

14/02/2025	14/02/2025	R\$ 138,00
Base de Cálculo (R\$)	Alíquota (%)	Valor (R\$)

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ADMINISTRAÇÃO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

1547116890

VALIDANTE DO
DEPARTAMENTO NACIONAL
DE TRÂNSITO

PROIBIDO PLASTIFICAR

1547116890

NOME
LUCIMAR APARECIDA DA SILVEIRA ALVES

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR UN
ME000762 SSP MG

CPF
537.326.346-04

DATA NASCIMENTO
26/04/1964

FILIAÇÃO
NELSON JOSE DA
SILVEIRA
MARIA SEBASTIANA DA
SILVEIRA

PERMISSÃO
ACC CALHA B

1ª HABILITAÇÃO
23/01/1998

VALIDADE
17/10/2022

1ª HABILITAÇÃO
23/01/1998

02450316803

OBSERVAÇÕES

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
FAULUTABA, MG

DATA EMISSÃO
19/10/2017

Rogério de Melo Franco Assis Araújo
Diretor DETRAN/MG

16495531786
MG522011187

ASSINATURA DO EMISSOR

MINAS GERAIS

humat



COMPANHIA DE ABASTECIMENTO DE AGUA E ESGOTO DE ITUIUTABA
AUTARQUIA MUNICIPAL
R. 38 Nº 474 - Bairro Sul - Ituiutaba (MG) - CEP 38300-030
CNPJ 17.819.061/0001-88 - Inscrição Estadual: 342.746.168.0050
Atendimento ao Cliente SAE. Fone: 0800.341.8195 - (34) 3258-0409
www.sae.com.br

PAULO SIMOES ALVES

RUA FERNANDO SANTIAGO, 270, JARDIM DO ROSARIO
38304-046, ITUIUTABA MG 16-12-1340

MES/ANO: 01/2025

NR. GUIA

11244012025-4

CATEGORIA/QTDE

LIGACAO: 11244-1

ID.ELETRO.: 11211244016

1-RES:

DESCRICAO	VALOR
TBO AGUA	13,43
TBO ESGOTO	9,48
TARIFA DE AGUA	22,92
TARIFA DE ESGOTO	16,04

AUTARQUIA MUNICIPAL IMUNE DE IRRF CONFORME,
CONSTITUICAO DA REPUBLICA ART 150, INCISO VI PARAGRAFO 2
IN RFB N1234, CAPITULO III ART 4 ANEXO IX

DATA LEITURA ANTERIOR	DATA LEITURA ATUAL	VENCIMENTO	VALOR A PAGAR
23/12/2024	23/01/2025	21/02/2025	R\$ 61,79
LEITURA ANTERIOR	LEITURA ATUAL	CONSUMO REAL	CONS. FATURADO
288 m3	300 m3	12 m3	12 m3
NR. DO HIDROMETRO	VAZAO	DIAMETRO	DATA DE INSTALACAO
Y22R297173	1.5 m3	1/2	24/04/2023

OCCORRENCIA:

DADOS DOS ULTIMOS 6 MESES				MENSAGEM
ME	CONSUMO	DIAS	MEDIA	COMUNIDADE VIGILANTE, CIDADE SEGURA! DENUNCIE! SI, AUTORES DE ROUBO, RECEP TACAO, TRAFICO DE DE GAS, FORAGIDOSE ARMAS ILICITAS.O SIGILO DA DENU CIA E ABSOLUTO.
12/2024	11	28	0,39	
11/2024	13	34	0,38	
10/2024	15	29	0,52	
09/2024	17	32	0,53	
08/2024	17	31	0,55	
07/2024	15	30	0,50	

DETALHES SOBRE A
LEGISLACAO VIDE VERRA

PERIODO DA ANALISE

01/12/2024 a 31/12/2024

PARAMETRO	VALOR PERMITIDO	VALOR MINIMO ENCONTRADO	VALOR MAXIMO ENCONTRADO
Turbid	ate 5,0	0,20	0,44
Cor App	ate 15,0	0,00	4,00
Cloro	de 0,50 a 2,0	0,41	1,56
	de 0,60 a 0,80	0,65	0,79
	de 0,80 a 9,5	6,54	6,96
	ausencia	Ausente	Ausente
		Ausente	Ausente

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE MINAS GERAIS
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO



POLEGAR DIREITO



Hiládeu de Assis Luciano
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

Assinatura Gráfica Escaneada

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL - 646.674

DATA DE EXPEDIÇÃO 18/08/2021

NOME HILDA DE ASSIS FRANCO LUCENA

FILIAÇÃO FRANCISCO DE ASSIS FRANCO
FRANCISCA MARIA FRANCO

NATURALIDADE ITUIUTABA-MG

DOC. ORIGEM AS, LV-16 FL-152

ITUIUTABA-MG

CPF 360.441.566-72

DATA DE NASCIMENTO 2/9/1952

RTT-1255

ADRIANA DE BARROS MONTEIRO
DIRETORA DO INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

CONTPLAM

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE MINAS GERAIS

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

IDENTIFICADO

Aparecida dos Santos

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL NG-5.993.806 DATA DE EMISSÃO 14/09/2009

MARIA APARECIDA DOS SANTOS

PAI ANTONIO SEBASTIAO DOS SANTOS

MARIA DE LOURDES DOS SANTOS

ITUIUTABA-MG DATA DE NASCIMENTO 18/8/1969

CPS. LV-B-46 FL-14V

ITUIUTABA-MG

770702406-00

PL 1-1235 NILIA FREIS SANTOS 2ª VIA

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83



SUPERINTENDÊNCIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE ITUIUTABA

AUTARQUIA MUNICIPAL
R. 33 N° 474 - Setor Sul - Ituiutaba (MG) - CEP 38300-030
CNPJ 17.819.061/0001-88 - Inscrição Estadual: 342.748.166.0050
Atendimento ao Cliente SAE: Fone: 0800.341.8195 - (34) 3268-0400
www.sae.com.br

MARIA APARECIDA DOS SANTOS
RUA 34, 1639, CENTRO
38300-088, ITUIUTABA MG 14-19-920

MES/ANO: 01/2025

NR. GUIA
09761012025-1
CATEGORIA/OTDE

1-RES; 1-COM;

LIGACAO: 9761-8 ID. ELETRO.: 8199761014

VALOR

DESCRICAO	VALOR
TBO AGUA	29,56
TBO ESGOTO	20,69
TARIFA DE AGUA	107,40
TARIFA DE ESGOTO	75,18

AUTARQUIA MUNICIPAL IMUNE DE IRRF CONFORME,
CONSTITUICAO DA REPUBLICA ART 150, INCISO VI PARAGRAFO 2
IN RFB N1234, CAPITULO III ART 4 ANEXO IX

DATA LEITURA ANTERIOR	DATA LEITURA ATUAL	VENCIMENTO	VALOR A PAGAR
20/12/2024	21/01/2025	20/02/2025	R\$ 232,83
LEITURA ANTERIOR	LEITURA ATUAL	CONSUMO REAL	CONS. FATURADO
114 m3	153 m3	39 m3	39 m3
NR. DO HIDROMETRO	VAZAO	DIAMETRO	DATA DE INSTALACAO
Y24R363713	1.5 m3	1/2	29/08/2024

OCCORRENCIA:

DADOS DOS ULTIMOS 6 MESES	MENSAGEM
MES CONSUMO DIAS MEDIA	COMUNIDADE VIGILANTE, CIDADE SEGURA! DENUNCIE 1
12/2024 29 28 1,04	81, AUTORES DE ROUBO, RECEP TACAO, TRAFICO DE DRO
11/2024 28 32 0,88	GAS, FORAGIDOS E ARMAS ILCITAS, O SIGILO DA DENUN
10/2024 32 30 1,07	CIA E ABSOLUTO.
08/2024 44 32 1,38	
07/2024 31 28 1,11	
06/2024 41 31 1,32	

DETALHES SOBRE A LEGISLACAO VIDE VERSO		PERIODO DA ANALISE		
		01/12/2024 a 31/12/2024		
PARAMETRO	UNIDADE	VALOR PERMITIDO	VALOR MINIMO ENCONTRADO	VALOR MAXIMO ENCONTRADO
Turbidez	NTU	ate 5,0	0,20	0,44
Cor Aparente	uH	ate 15,0	0,00	4,00
Cloro Residual	mg/L	de 0,50 a 2,0	0,41	1,56
Fluor	mg/L	de 0,60 a 0,80	0,65	0,79
pH		de 6,0 a 9,5	6,54	6,96
Coliformes Tot		Ausencia	Ausente	Ausente
Colif. Termotol		Ausencia	Ausente	Ausente

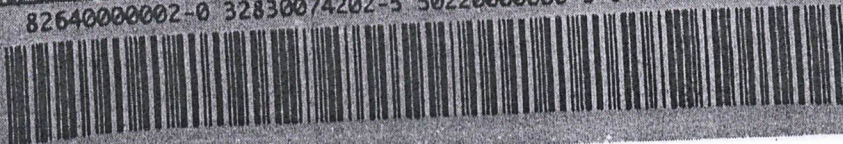
FAVOR AUTENTICAR NO VERSO... DEVOLVER AO USUARIO... EMISSAO: 21/01/2025 09:50... PAGUE POR PIX.....

MARIA APARECIDA DOS SANTOS
RUA 34, 1639, CENTRO
38300-088, ITUIUTABA MG 14-19-920



LIGACAO: 9761-8	ID. ELETRO.: 8199761014	VALOR A PAGAR
VENCIMENTO 20/02/2025	MES/ANO: 01/2025 NR. GUIA 09761012025-1	R\$ 232,83
	CATEGORIA/OTDE 1-RES; 1-COM;	

82640000002-0 32830074202-5 50220000000-3 97610120251-4



REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE MATO GROSSO



Esneria Aparecida Vilela

CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO 1201 MG-2.869.149 DATA DE EXPEDICAO 12/07/2007

ESNERIA APARECIDA VILELA

RAMIRO VILELA DOS REIS
JULIA FRANCO REIS

NATURALIDADE SANTA VITORIA-MG DATA DE NASCIMENTO 1/5/1945

ENDEREÇO CAS. AV. DIV. LV-B-60 FL-32-V
ITUJUBA-MG

513714566-15

PTT-1255

NILMA G. REIS SANTOS
ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

DAVID MACEDO FRANCO

AV 23, 1047, CENTRO
38300-114, ITUIUTABA MG 14-17-50

MES/ANO: 01/2025

NR. GUIA
09299012025-2

CATEGORIA/OTDE

LIGACAO: 0299-9

ID. ELETRO.: 9179289014

1-RES:

DESCRICAO	VALOR
TBO AGUA	13,43
TBO ESGOTO	0,48
TARIFA DE AGUA	1,72
TARIFA DE ESGOTO	2,61

AUTARQUIA MUNICIPAL ITUIUTABA DE ITUI CONFORME
CONSTITUICAO DA REPUBLICA ART 150, INCISO VI PARAGRAFO 2
IN RIB N1214, CAPITULO III ART 4 ANEXO IX

DATA LEITURA ANTERIOR	DATA LEITURA ATUAL	VENCIMENTO	VALOR A PAGAR
20/12/2024	21/01/2025	22/02/2025	R\$ 29,16
LEITURA ANTERIOR	LEITURA ATUAL	CONSUMO REAL	CONSUMO FATORADO
2037 m3	2040 m3	3 m3	3 m3
NR. DO HIIDROMETRO	INCHADO	DIAMETRO	DATA DE INSTALACAO
Y14K044134	1,5 m3	1/2"	08/04/2015

CONSUMO:

DADOS DOS ULTIMOS 6 MESES

MES	CONSUMO	DIAS	MEDIA
12/2024	14	28	0,50
11/2024	12	32	0,38
10/2024	11	30	0,37
09/2024	15	32	0,47
08/2024	15	32	0,47
07/2024	14	28	0,50

RENOVACAO

COMUNIDADE VIGILANTE, CIDADANIA SEGURO, DENUNCIA
E, AUTORES DE FURTO, HABILITACAO, TRAFICO DE DRO
GAS, CRACIQUES, FARMACIA ILICITAS E SIGLO DA DENUN
CIA NA JORNALISMO

PERIODO DA ANALISE

01/12/2024 a 31/12/2024

PARMETRO	UNIDADE	VALOR PERMITIDO	VALOR MÍNIMO EM CONTRA	VALOR MÁXIMO EM CONTRA
Turbidez	NTU	ate 5,0	0,20	0,44
Cor Aparente	uH	ate 15,0	0,00	4,00
Cloro Residual	mg/L	de 0,50 a 2,0	0,41	1,56
Fluor	mg/L	de 0,60 a 0,80	0,65	0,79
pH		de 6,0 a 9,5	6,54	6,96
Coliformes Tot		Ausencia	Ausente	Ausente
Colif. Termotol		Ausencia	Ausente	Ausente

FAVOR AUTENTICAR NO VERSO - DEVOLVER AO USUARIO - EMISSAO: 21/01/2025, 07:53 - PAGUE POR PIX

DAVID MACEDO FRANCO

AV 23, 1047, CENTRO
38300-114, ITUIUTABA MG 14-17-50

LIGACAO: 9299-9

ID. ELETRO.: 9179289014

VENCIMENTO
22/02/2025

MES/ANO: 01/2025
NR. GUIA
09299012025-2

CATEGORIA/OTDE
1-RES:

VALOR A PAGAR
R\$ 29,16

Debito Automatico

CEDULA DE IDENTIDADE



POLEGAR DIREITO



Maria Geraldina de Assunção Franco
ASSINATURA DO PORTADOR

CAPINOPÓIS

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

CAIXA DA MÍDIA DA LULA BRASIL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

REGISTRO GERAL - 810.101

NOME **MARIA GERALDINA DE ASSUNÇÃO FRANCO**

FILIAÇÃO **Antonio Soares de Assunção Anísia Soares Barbosa**

Campina Verde - 29/12/1.949
NATURALIDADE DATA DO NASCIMENTO

REG. MORUMBI, MG. 26/12/1.974

INS

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF

047.558 216-06


MARIA GERALDINA ASSUNÇÃO FRANCO

29/12/1949

Cartão de uso pessoal e intransferível.
Deve ser apresentado junto com um documento de identidade.

Emissão
Janeiro/2002


CORREIOS
www.correios.gov.br

 SAE ITUIUTABA-MG	SAE - SUPERINTENDENCIA DE AGUA E E AVENIDA 33, 474 BAIRRO: SETOR SUL CEP: 38300030 ITUIUTABA - MG CNPJ : 17.819.061/0001-88 Telefone: 03432680400	2ª VIA DA CONTA 9270012025-3 30/01/2025 - 12:43	CONTA DE ÁGUA E ESGOTO			
ROBERTO VILELA CAMPOS E OUTROS Endereço: RUA 32, 1881 (C/ 23 E 25) - CENTRO - CEP: 38300-086 - ITUIUTABA/MG Cod. ligação: 09270-0 Mapa cadastral: 14 - 19 - 540 Id. eletrônico: 0199270@14			MÊS/ANO 01/2025			
			RES	COM	IND	PUB
			1	0	0	0

DESCRIÇÃO	VALOR
TARIFA DE ÁGUA	39,47
TARIFA DE ESGOTO	27,63
DOAÇÃO APAE/AVCCI	2,00
TBO AGUA	13,43
TBO ESGOTO	9,40

DATA DE LEITURA 21/01/2025	DATA LEITURA ORIG 21/01/2025	DATA PROX LEITURA	VENCIMENTO 22/02/2025	VALOR A PAGAR R\$91,93									
L. ANTERIOR 2032	L. ATUAL 2049	CONS. REAL 17m3	CONS. FATURADO 17m3	MÉDIA 17m3	OCORRÊNCIA 0								
HIDRÔMETRO Y11S257958		VAZÃO 1,5m3	DIÂMETRO 1/2"	DATA DA INSTALAÇÃO 11/10/2011									
<table><tr><td>CONSUMO</td><td>MÊS</td></tr><tr><td>18</td><td>12</td></tr><tr><td>18</td><td>11</td></tr><tr><td>16</td><td>10</td></tr></table>		CONSUMO	MÊS	18	12	18	11	16	10	MENSAGEM Autarquia municipal imune de IRRF conforme constituição da república, ART150, inciso VI, parágrafo 2 IN RFB N1234, capítulo III, ART 4 anexo XV			
CONSUMO	MÊS												
18	12												
18	11												
16	10												

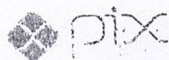
Certificação: 5472.5685.5675.7067.9800-9 | 30/01/2025 12:43:55

 SAE ITUIUTABA-MG	SAE - SUPERINTENDENCIA DE AGUA E E AVENIDA 33, 474 BAIRRO: SETOR SUL CEP: 38300030 ITUIUTABA - MG CNPJ : 17.819.061/0001-88	2ª VIA DA CONTA 9270012025-3 30/01/2025 - 12:43	CONTA DE ÁGUA E ESGOTO			
ROBERTO VILELA CAMPOS E OUTROS Endereço: RUA 32, 1881 (C/ 23 E 25) - CENTRO - CEP: 38300-086 - ITUIUTABA/MG Cod. ligação: 09270-0 Mapa cadastral: 14 - 19 - 540 Id. eletrônico: 0199270@14			MÊS/ANO 01/2025			
			RES	COM	IND	PUB
			1	0	0	0

VENCIMENTO 22/02/2025	ATENÇÃO! DÉBITO AUTOMÁTICO	VALOR A PAGAR R\$91,93
--------------------------	-----------------------------------	---------------------------

Certificação: 5472.5685.5675.7067.9800-9 | 30/01/2025 12:43:55

82640000000-4 91930074202-1 50222000000-9 92700120251-8



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE MINAS GERAIS
POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO



TOEILAR DIREITO

McCartiana da Costa Souza

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO EM 07/01/2013

DATA DE EXPIRAÇÃO 07/01/2013

Nome

LEITICIA LUCIA DA COSTA SOUZA

Sexo

ABRIL DO CLARELIMMO DA COSTA
DILCENEA LUIZ DA COSTA

Naturalidade

LEITUTARA-MG

DATA DE NASCIMENTO

28/11/1959

Origem C&S, LV-12M FL-45V

LEITUTARA-MG

393293056-87

LEITICIA ALESSI MACHADO ROGÉDO
ASSINATURA DO DIRETOR

Rogédo

07/01/2013

LEI N° 716 DE 29/03/83

TELECOM

MARCIANA LUCIA DA COSTA SOUZA

SEIS A 198 R
SETOR NORTE
38300-242 ITUIUTABA MG

PAGUE COM PIX

Nº da fatura

486746080

Valor total da conta

R\$ 40,49

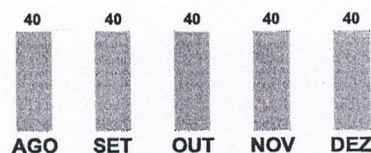
Data de vencimento

03 / fev / 2025**FALE COM A ALGAR TELECOM**

www.algartelem.com.br
@algartelem
facebook.com/algartelem
Ou ligue 103 12
Baixe o APP Algar Telecom no seu Celular

HISTÓRICO VALOR DA CONTA

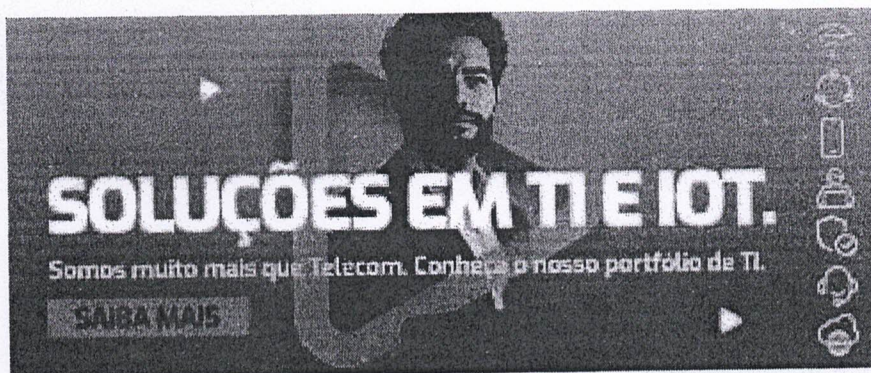
(R\$)

**EMIÇÃO DESTA CONTA: 21/01/2025****CONTA SIMPLIFICADA****CELULAR**

SEU NÚMERO	VALOR (R\$)	PLANO
99681-2944	40,49	PLANO CONTROLE BRASIL 10 GB

TOTAL R\$ 40,49

Declaração de quitação anual de débitos. Código do cliente: 000752027042 A Algar Telecom declara para os devidos fins da Lei 12.007/2009 que as faturas vencidas e pagas até o ano de 2024, no que se refere aos serviços por ela prestados se encontram quitadas.

**UTILIZE ESTA VIA PARA PAGAMENTO**

Você pode migrar para um plano que não possui livros digitais, sem a cobrança de multa. Fale com a gente pelo nosso canal de atendimento 10312.

Nome do Cliente: **MARCIANA LUCIA DA COSTA SOUZA**

Nº da Fatura	Banco / Agência	Identificação	Data de Vencimento	Valor Total da Conta
486746080		000752027042	03/02/2025	40,49

846600000000-0 40490004000-1 07520270420-3 486746080000-2

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA



VÁLIDA EM TODO
O TERRITÓRIO NACIONAL
2103795320

ENC

2103795320

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO		M G
NOME RONITA RIBEIRO FRANCO		
DOC. IDENTIDADE/ÓRG EMISSOR/UF M2326662 SSP MG		
CPF 394.170.346-34	DATA NASCIMENTO 28/04/1961	
FILIAÇÃO ALCIDES FRANCO DA COSTA MARIA APARECIDA RIBEIRO DA COSTA		
PERMISSÃO A	ACC A	CAT. HAB. AB
Nº REGISTRO 01459984212	VALIDADE 19/06/2025	1ª HABILITAÇÃO 26/12/1995
OBSERVAÇÕES A		
ASSINATURA DO PORTADOR <i>Ronita Ribeiro Franco</i>		
LOCAL ITUJUBA, MG	DATA EMISSÃO 22/06/2020	
ASSINADO DIGITALMENTE DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO		
20145914413 MG575146087		
MINAS GERAIS		
DENATRAN CONTRAN		

QR-CODE



Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em:
<https://www.serpro.gov.br/assinador-digital>.

SERPRO / SENATRAN



SUPERINTENDÊNCIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE ITUIUTABA

AUTARQUIA MUNICIPAL

R. 33 Nº 474 - Setor Sul - Ituiutaba (MG) - CEP 38300-030
CNPJ 17.819.061/0001-88 - Inscrição Estadual: 342.746166.0050

Atendimento ao Cliente SAE: Fone: 0800.341.8195 - (34) 3268-0400
www.sae.com.br

RONITA RIBEIRO FRANCO

RUA 32, 2081, CENTRO
38300-086, ITUIUTABA MG 15-21-360

MES/ANO: 01/2025

NR. GUIA
11385012025-5

CATEGORIA/QTDE

LIGACAO: 11385-2 ID.ELETRO.: 22111385@15

1-RES; 1-COM;

DESCRICAO	VALOR
TBO AGUA	29,56
TBO ESGOTO	20,69
TARIFA DE AGUA	16,00
TARIFA DE ESGOTO	11,20

AUTARQUIA MUNICIPAL IMUNE DE IRRF CONFORME,
CONST. DA CONSTITUICAO DA REPUBLICA ART 150, INCISO VI PARAGRAFO 2
IN RFB N1234, CAPITULO III ART 4 ANEXO IX

DATA LEITURA ANTERIOR	DATA LEITURA ATUAL	VENCIMENTO	VALOR A PAGAR
20/12/2024	22/01/2025	22/02/2025	R\$ 77,45
LEITURA ANTERIOR	LEITURA ATUAL	CONSUMO REAL	CONS. FATURADO
1877 m3	1888 m3	11 m3	11 m3
NR. DO HIDROMETRO	VAZAO	DIAMETRO	DATA DE INSTALACAO
Y11L515663	1.5 m3	1/2"	09/10/2011

OCCORRENCIA:

DADOS DOS ULTIMOS 6 MESES				MENSAGEM
MES	CONSUMO	DIAS	MEDIA	COMUNIDADE VIGILANTE, CIDADE SEGURA, DENUNCIE! 81: AUTORES DE ROUBO, RECEP TACAO, TRAFICO DE DRO GAS, FORAGIDOS E ARMAS ILICITAS. O SIGILO DA DENUN CIA E ABSOLUTO.
12/2024	9	27	0,33	
11/2024	11	32	0,34	
10/2024	12	29	0,41	
09/2024	14	32	0,44	
08/2024	12	33	0,36	
07/2024	13	29	0,45	

DETALHES SOBRE A LEGISLACAO VIDE VERSO		PERIODO DA ANALISE		
		01/12/2024 a 31/12/2024		
PARAMETRO	UNIDADE	VALOR PERMITIDO	VALOR MINIMO ENCONTRADO	VALOR MAXIMO ENCONTRADO
Turbidez	NTU	ate 5,0	0,20	0,44
Cor aparente	uH	ate 15,0	0,00	4,00
Cloro Residual	mg/L	de 0,50 a 2,0	0,41	1,56
Fluor	mg/L	de 0,60 a 0,80	0,65	0,79
pH		de 6,0 a 9,5	6,54	6,96
Coliformes Tot		Ausencia	Ausente	Ausente
Colif. Termotol		Ausencia	Ausente	Ausente

FAVOR AUTENTICAR NO VERSO... DEVOLVER AO USUARIO... EMISSAO: 22/01/2025 08:19... PAGUE POR PIX.....

RONITA RIBEIRO FRANCO

RUA 32, 2081, CENTRO
38300-086, ITUIUTABA MG 15-21-360

LIGACAO: 11385-2 ID.ELETRO.: 22111385@15

VENCIMENTO	MES/ANO: 01/2025	CATEGORIA/QTDE	VALOR A PAGAR
22/02/2025	NR. GUIA 11385012025-5	1-RES; 1-COM;	R\$ 77,45

Debito Automatico



Algar
Telecom

Pág: 1 de 3

TELECOM

CASA DA DIVINA PROVIDENCIA

TRINTA E DOIS 2007 R

RD CENTRO

38300-086 ITUIUTABA MG

PAGUE COM PIX



Nº da fatura

483908686

Valor total da conta

R\$ 114,77

Data de vencimento

20 / jan / 2025

FALE COM A ALGAR TELECOM

www.algartelem.com.br

@algartelem

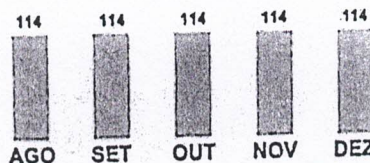
facebook.com/algartelem

Ou ligue 103 12

Baixar o APP Algar Telecom no seu Celular

HISTÓRICO VALOR DA CONTA

(R\$)



EMIÇÃO DESTA CONTA: 03/01/2025

CONTA SIMPLIFICADA

PACOTE CONTRATADO: SVA ILIMITADO BRASIL + ILIMITADO BRASIL + BL 600MB

SEU NÚMERO

3432699915

08869526

PRODUTO

Pacote Fixo

Pacote Banda Larga

VALOR (R\$)

14,24

98,13

TOTAL R\$ 112,37

SERVIÇOS E OUTROS ADICIONAIS

SERVIÇO

000487513576

SERVIÇOS

Serviços Da Conta

VALOR (R\$)

2,40

TOTAL R\$ 2,40

Declaração de quitação anual de débitos. Código do cliente: 000487513576 A Algar Telecom declara para os devidos fins da Lei 12.007/2009 que as faturas vencidas e pagas até o ano de 2024, no que se refere aos serviços por ela prestados se encontram quitadas.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: CASA DA DIVINA PROVIDENCIA
CNPJ: 03.235.490/0001-01

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 15:42:58 do dia 05/02/2025 <hora e data de Brasília>.

Válida até 04/08/2025.

Código de controle da certidão: **78B1.8265.7D9E.A65A**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 03.235.490/0001-01
Razão Social: CASA DA DIVINA PROVIDENCIA
Endereço: PR 13 DE MAIO 2007 / CENTRO / ITUIUTABA / MG / 38300-108

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 05/03/2025 a 03/04/2025

Certificação Número: 2025030505540995551804

Informação obtida em 11/03/2025 11:44:05

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



MUNICIPIO DE ITUIUTABA

Secretaria Municipal de Finanças e Orçamento
Departamento de Receita

38300-132 - Avn 17, 1084 CENTRO ITUIUTABA MG

www.ituiutaba.mg.gov.br

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

Número 457592/2025

Data Geração: 30/01/2025

Data Validade: 30/04/2025

Certificamos que não constam em nome do sujeito passivo identificado, nesta data, débitos com a Fazenda Pública Municipal, ressalvando o direito do município de cobrar quaisquer débitos que vierem a ser conhecidos e apurados após a expedição desta certidão.

Identificação

Crc 42515

Contribuinte CASA DA DIVINA PROVIDENCIA

CNPJ ou CPF 03.235.490/0001-01

Inscrição Estadual ou RG

Endereço 38300-086 - Rua 32, 2007

Bairro CENTRO Cidade: ITUIUTABA Estado: MG

Data Emissão: 30/01/2025

Tanto a veracidade da informação quanto a manutenção da condição de não devedor poderá ser verificada na seguinte página da Internet:

<https://www.ituiutaba.mg.gov.br>

Número: 457592/2025

Inscrição: 42515

ATENÇÃO: Qualquer rasura ou emenda **INVALIDARÁ** este documento.

Certidão Emitida Gratuitamente

46



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: CASA DA DIVINA PROVIDENCIA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 03.235.490/0001-01

Certidão nº: 5625198/2025

Expedição: 30/01/2025, às 15:18:31

Validade: 29/07/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **CASA DA DIVINA PROVIDENCIA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **03.235.490/0001-01**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.


No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

			SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DE MINAS GERAIS		
CERTIDÃO DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS Negativa				CERTIDÃO EMITIDA EM: 30/01/2025	
				CERTIDÃO VALIDA ATÉ: 30/04/2025	
NOME: CASA DA DIVINA PROVIDENCIA					
CNPJ/CPF: 03.235.490/0001-01					
LOGRADOURO: PRACA TREZE DE MAIO				NÚMERO:	
COMPLEMENTO:		BAIRRO: CENTRO		CEP: 38300108	
DISTRITO/POVOADO:		MUNICÍPIO: ITUIUTABA		UF: MG	
<p>Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:</p> <p>1. Não constam débitos relativos a tributos administrados pela Fazenda Pública Estadual e/ou Advocacia Geral do Estado;</p> <p>2. No caso de utilização para lavratura de escritura pública ou registro de formal de partilha, de carta de adjudicação expedida em autos de inventário ou de arrolamento, de sentença em ação de separação judicial, divórcio, ou de partilha de bens na união estável e de escritura pública de doação de bens imóveis, esta certidão somente terá validade se acompanhada da Certidão de Pagamento / Desoneração do ITCD, prevista no artigo 39 do Decreto 43.981/2005.</p> <p>Certidão válida para todos os estabelecimentos da empresa, alcançando débitos tributários do sujeito passivo em Fase Administrativa ou inscritos em Dívida Ativa.</p>					
IDENTIFICAÇÃO		NÚMERO DO PTA		DESCRIÇÃO	
<p>A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada através de aplicativo disponibilizado pela Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais, na internet: http://www.fazenda.mg.gov.br => Empresas => Certificação da Autenticidade de Documentos.</p>					
CÓDIGO DE CONTROLE DE CERTIDÃO:2025000842388824					

CASA DA DIVINA PROVIDENCIA

CNPJ N. 03.235.490/0001-01
Praça 13 de maio, 2007 – Ituiutaba-MG

DECLARAÇÃO

ELSA MARIA DE JESUS, presidente da CASA DA DIVINA PROVIDÊNCIA, CPF 288.761.566-15, declara para os devidos fins e sob penas da lei, para fins de formalização do Termo de Parceria com o Município de ITUIUTABA-MG, em cumprimento ao inciso XXXIII do Art 7º da Constituição Federal, que não possuímos em nosso quadro funcional pessoas menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e, de menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos.

Ituiutaba, em 27 de fevereiro de 2025.


ELSA MARIA DE JESUS

Presidente da CASA DA DIVINA PROVIDÊNCIA

CPF 288.761.566-15

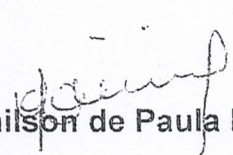
CERTIFICADO DE INSCRIÇÃO

Certifico para os devidos fins que a entidade **Casa da Divina Providência** sediada na cidade de **Ituiutaba**, na Praça 13 de Maio nº 2007 - Centro - CEP: 38.300-108, Estado de **Minas Gerais**, inscrito no **CNPJ** sob nº **03.235.490/0001-01** encontra-se inscrito no **Conselho Municipal de Assistência Social**, sob o nº **023/2001** em **26 de Janeiro de 2001** estando em pleno e regular funcionamento, cumprindo suas finalidades estatutárias no que concerne as atividades na área de assistência social. Seus diretores são pessoas idôneas, não sendo sua diretoria remunerada.

A entidade presta serviço na área da Proteção Social Básica – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

Por ser verdade firmo o presente.

Ituiutaba, 10 de Maio de 2022



Admilson de Paula Borges

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Contratado: (I) **Banco do Brasil S.A.**, com sede em Brasília, Distrito Federal, por sua agência 0204-6 - ITUIUTABA (MG), inscrita no CNPJ n.º 000.000/0204-60, (II) **Associação de Poupança e Empréstimo - Pouplex**, CNPJ n.º 00.655.522/0001-21, sociedade civil sem fins lucrativos, com sede em Brasília, Distrito Federal, na qualidade de gestora do produto da Poupança Pouplex, doravante denominada **Pouplex**, por intermédio do **Banco do Brasil S.A.**.

Proponente/Contratante: CASA DA DIVINA PROVIDENCIA, CNPJ n.º 03.235.490/0001-01, SERV COMUNITARIOS E SOCIAIS NAO ESPECIF OU NAO CLASS, sediada à PC 13 DE MAIO , 2007 FUNDOS, CEP 38.301-115, telefone(s) (34) 99973-6473.

Dirigente(s)

Nome	CPF
SONIA ALVES	360.413.436-68
ELSA MARIA DE JESUS	288.761.566-15

Dados da conta

Agência 0204-6, Conta-Corrente n.º 76.098-6, Poupança Ouro n.º 510.076.098-9 e Poupança Pouplex n.º 960.076.098-0 abertas em 26/02/2025.

Declarações e autorizações

O(s) **Proponente(s)/Contratante(s)** declara(m)-se estar ciente(s) e autoriza(m) o BANCO DO BRASIL S.A. a disponibilizar todos os seus dados, às empresas do seu conglomerado ou aos seus prestadores de serviço, com a finalidade específica de realizar as atividades necessárias à plena execução deste Instrumento, ao cumprimento das obrigações legais e ou regulatórias a ele vinculadas e para garantia da prevenção à fraude e à segurança.

O(s) **Dirigentes(s)** declara(m)-se estar ciente(s) e autoriza(m) o BANCO DO BRASIL S.A. a disponibilizar todos os seus dados pessoais, inclusive os sensíveis, às empresas do seu conglomerado ou aos seus prestadores de serviço, com a finalidade específica de realizar as atividades necessárias à plena execução deste Instrumento, ao cumprimento das obrigações legais e/ou regulatórias a ele vinculadas e para garantia da prevenção à fraude e à segurança.

O tratamento e processamento de dados pessoais dos dirigentes pelo BANCO DO BRASIL S.A. será realizado com o propósito de permitir a plena e adequada execução do objeto desta Proposta/Contrato, bem como para o cumprimento de obrigação legal e/ou regulatória, em observância aos princípios e regras estabelecidas nas legislações sobre proteção de Dados Pessoais vigentes, incluindo, mas não se limitando à Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD).

O(s) **Dirigentes(s)**, igualmente para os fins de cumprimento da LGPD, autoriza(m) que seus dados pessoais, inclusive os sensíveis, sejam utilizados em situações relacionadas aos processos de contratação e condução do objeto desta Proposta/Contrato, os quais serão mantidos sob estreita proteção e segurança de acessos.

O(s) **Dirigente(s)** declara(am) estar ciente(s) que o BANCO DO BRASIL S.A. poderá manter e tratar, em meio físico ou eletrônico, os seus dados pessoais que sejam necessários para a execução desta Proposta/Contrato ou para cumprimento de obrigações legais e regulatórias ou, ainda, para garantia da prevenção à fraude e à segurança do titular, assegurando, mediante requerimento a ser encaminhado por meio eletrônico, o direito de acesso facilitado às informações



considere que a solução dada à ocorrência registrada anteriormente mereça revisão, deve entrar em contato com a Ouvidoria BB pelo 0800-729-5678. Privacidade e Proteção de Dados Pessoais: bb.com.br/privacidade.

* Custos de ligações locais e impostos serão cobrados conforme o Estado de origem. No caso de ligação via celular, custos da ligação mais impostos conforme a operadora.

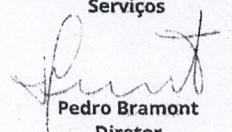
Declara, sob as penas da lei, que as informações constantes deste documento são verdadeiras.

Local e data

ITUIUTABA (MG), 06/03/2025

Contratado

Diretoria de Soluções em Meios de Pagamentos e
Serviços



Pedro Bramont
Diretor

Proponente/Contratante

Razão Social: CASA DA DIVINA PROVIDENCIA

CNPJ: 03.235.490/0001-01





MUNICIPIO DE ITUIUTABA
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DE POSTURAS
ALVARÁ DE LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

Alvará Nº: **294 / 2025**

Inscrição Municipal
11006

CCM
11006

CNPJ/CPF
03.235.490/0001-01

FICA CONCEDIDO A

CASA DA DIVINA PROVIDENCIA

NOME FANTASIA

LICENÇA PARA SE ESTABELECEER

Rua 32, 2007

CENTRO

38300-086 ITUIUTABA/MG

ATIVIDADE PRINCIPAL

PROMOVER A FORMAÇÃO DE CRIANÇAS CARENTES DE RUA ETC

Descrição Atividade

ASSOCIAÇÃO DE CLASSE SEM FINS LUCRATIVOS

Descrição Adicional

HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO

De Segunda a Sexta-feira das 8:00 AS 18:00 e Sábado de 8:00 às 12:00 Horas

OBSERVAÇÃO:

ALVARÁ PROV. MEDIANTE TERMO COMP.(31/12/2025) - PROT. C. BOMBEIROS - N.F: 24/07/2025

EXERCÍCIO	INÍCIO ATIVIDADE	Nº PROCESSO	ANO PROCESSO	VALIDADE	DATA EMISSÃO
2025	04/06/1999	4387-6	1999	24/07/2025	29/01/2025

[Assinatura]
Regis. Luis dos Santos
Fiscal do Posturas
Mat. 3089

[Assinatura]
Agunaldo Moura da Silva
Seção de Posturas
Mat. 3089

PREFEITURA DE ITUIUTABA

LEI N. 3.425 - DE 27 DE OUTUBRO DE 2000
Declara de Utilidade Pública entidade que menciona

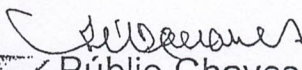
A Câmara Municipal de Ituiutaba decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a **CASA DA DIVINA PROVIDÊNCIA**, com sede nesta cidade.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura de Ituiutaba, em 27 de outubro de 2000.


Públio Chaves
Prefeito de Ituiutaba -

12 Tabelionato de Notas (034/268-1656)

Reconheço verdadeira a assinatura supra indicada de
PÚBLIO CHAVES, =====
=====

Dou fé. Em Testemunho _____ da Verdade
Ituiutaba-MG, 12 de fevereiro de 2001.

Jose Fabiano Ribeiro Tabelli



CASA DA DIVINA PROVIDENCIA

CNPJ N. 03.235.490/0001-01
Praça 13 de maio, 2007 – Ituiutaba-MG

DECLARAÇÃO

ELSA MARIA DE JESUS, presidente da CASA DA DIVINA PROVIDÊNCIA, CPF 288.761.566-15, declara para os devidos fins e sob penas da lei, que o Sr.(a) João Batista de Lima, CPF 138.942.346-87, CRC nº TC-MG 47975 é o contador responsável pela referida entidade e que seu registro está regular junto ao Conselho Regional de Contabilidade, conforme cópia anexa.

Ituiutaba, em 27 de fevereiro de 2025.


ELSA MARIA DE JESUS

Presidente da CASA DA DIVINA PROVIDÊNCIA

CPF 288.761.566-15



**CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS
CERTIDÃO DE HABILITAÇÃO PROFISSIONAL**

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se habilitado para o exercício da profissão contábil.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME.....	: JOAO BATISTA DE LIMA
REGISTRO.....	: MG-047975/O-8
CATEGORIA.....	: TÉCNICO EM CONTABILIDADE
CPF.....	: ***.942.346-**

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: MINAS GERAIS, 29/01/2025 as 13:30:25.
Válido até: 29/04/2025.
Código de Controle: 520383.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCMG.

CASA DA DIVINA PROVIDENCIA

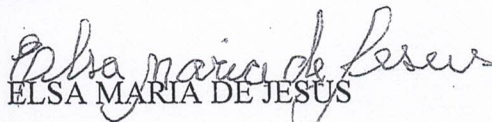
CNPJ N. 03.235.490/0001-01
Praça 13 de maio, 2007 – Ituiutaba-MG

DECLARAÇÃO

ELSA MARIA DE JESUS, presidente da CASA DA DIVINA PROVIDÊNCIA, CPF 288.761.566-15, nomeia o(a) Sr(a). ELSA MARIA DE JESUS, portador do CPF 288.761.566-15, como Gestor(a) na Entidade pelo controle administrativo, financeiro e de execução da parceria celebrado com a Prefeitura Municipal.

Declaro ter conhecimento e estar ciente das responsabilidades previstas na Lei Federal nº 13.019/2014.

Ituiutaba, em 27 de fevereiro de 2025.


ELSA MARIA DE JESUS

Presidente da CASA DA DIVINA PROVIDÊNCIA

CPF 288.761.566-15

CASA DA DIVINA PROVIDENCIA


CNPJ N. 03.235.490/0001-01

Praça 13 de maio, 2007 – Ituiutaba-MG

DECLARAÇÃO

ELSA MARIA DE JESUS, presidente da CASA DA DIVINA PROVIDÊNCIA, CPF 288.761.566-15, Certifico que os dirigentes e conselheiros da referida entidade, cujo período de atuação é de 09/02/2024 a 09/02/2026, são: Presidente: ELSA MARIA DE JESUS, CPF 288.761.566-15; Vice-presidente: JANICE SEVERINO MAIA VERISSIMO, CPF 463.991.196-45; 1ª Tesoureira: SÔNIA ALVES, CPF 360.413.436-68, 2ª Tesoureira: LUCIMAR APARECIDA DA SILVEIRA ALVES, CPF 537.326.346-04; 1ª Secretária: HILDA DE ASSIS FRANCO LUCENA, CPF 360.441.566-72; 2ª Secretária: MARIA APARECIDADOS SANTOS, CPF 770.702.406-00; Conselho Fiscal: ESNERIA APARECIDA VILELA, CPF 513.714.566-15; MARIA GERALDINA DE ASSUNÇÃO FRANCO, CPF 047.588.216-06; Suplentes do Conselho Fiscal: MARCIANA LUCIA DA COSTA SOUZA, CPF 393.293.056-87, RONITA RIBEIRO FRANCO, CPF 394.170.346-34.

Ituiutaba, em 27 de fevereiro de 2025.


ELSA MARIA DE JESUS

Presidente da CASA DA DIVINA PROVIDÊNCIA

CPF 288.761.566-15

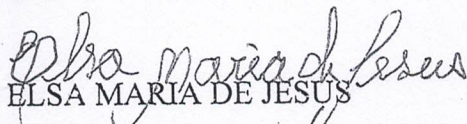
CASA DA DIVINA PROVIDENCIA

CNPJ N. 03.235.490/0001-01
Praça 13 de maio, 2007 – Ituiutaba-MG

DECLARAÇÃO

ELSA MARIA DE JESUS, presidente da CASA DA DIVINA PROVIDÊNCIA, CPF 288.761.566-15, declara não haver contratação de parentes ou empresas, inclusive por afinidade, de dirigentes vinculados a este objeto, bem como membros do Poder Público.

Ituiutaba, em 27 de fevereiro de 2025.


ELSA MARIA DE JESUS

Presidente da CASA DA DIVINA PROVIDÊNCIA

CPF 288.761.566-15

CASA DA DIVINA PROVIDENCIA

CNPJ N. 03.235.490/0001-01
Praça 13 de maio, 2007 – Ituiutaba-MG

DECLARAÇÃO

ELSA MARIA DE JESUS, presidente da CASA DA DIVINA PROVIDÊNCIA, CPF 288.761.566-15, declara para os devidos fins que se compromete em aplicar os recursos repassados de acordo com o art. 51 da Lei 13019/2014 bem como prestar contas na forma dos art.(s) 63 a 68 da mesma lei.

Ituiutaba, em 27 de fevereiro de 2025.


ELSA MARIA DE JESUS

Presidente da CASA DA DIVINA PROVIDÊNCIA

CPF 288.761.566-15

CASA DA DIVINA PROVIDENCIA

CNPJ N. 03.235.490/0001-01
Praça 13 de maio, 2007 – Ituiutaba-MG

DECLARAÇÃO

ELSA MARIA DE JESUS, presidente da CASA DA DIVINA PROVIDÊNCIA, CPF 288.761.566-15, declara para os devidos fins e sob penas da lei, que não integram a respectiva diretoria agentes políticos do governo concedente.

Ituiutaba, em 27 de fevereiro de 2025.


ELSA MARIA DE JESUS

Presidente da CASA DA DIVINA PROVIDÊNCIA

CPF 288.761.566-15

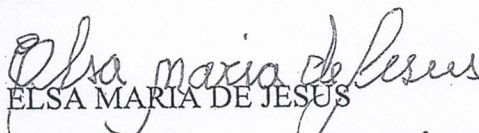
CASA DA DIVINA PROVIDENCIA

CNPJ N. 03.235.490/0001-01
Praça 13 de maio, 2007 – Ituiutaba-MG

DECLARAÇÃO

ELSA MARIA DE JESUS, presidente da CASA DA DIVINA PROVIDÊNCIA, CPF 288.761.566-15, declara para os devidos fins e sob penas da lei, que a formalização do Termo de Parceria com o Município de Ituiutaba não contraria o Estatuto da entidade e que a mesma está em dia com as prestações de contas referente a recursos recebidos do Município de Ituiutaba.

Ituiutaba, em 27 de fevereiro de 2025.


ELSA MARIA DE JESUS

Presidente da CASA DA DIVINA PROVIDÊNCIA

CPF 288.761.566-15

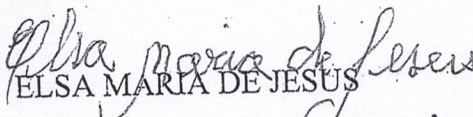
CASA DA DIVINA PROVIDENCIA

CNPJ N. 03.235.490/0001-01
Praça 13 de maio, 2007 – Ituiutaba-MG

DECLARAÇÃO

ELSA MARIA DE JESUS, presidente da CASA DA DIVINA PROVIDÊNCIA, CPF 288.761.566-15, declara para os devidos fins e sob penas da lei, que dispõe de estrutura física e de pessoal, com capacidade administrativa, técnica e gerencial para a execução do Plano de Trabalho proposto, assumindo inteira responsabilidade pelo cumprimento de todas as metas, acompanhamento e prestação de contas, bem como em atender o art. 43 da Lei Federal nº 13.019/2014.

Ituiutaba, em 27 de fevereiro de 2025.


ELSA MARIA DE JESUS

Presidente da CASA DA DIVINA PROVIDÊNCIA

CPF 288.761.566-15

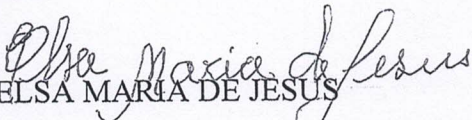
CASA DA DIVINA PROVIDENCIA

CNPJ N. 03.235.490/0001-01
Praça 13 de maio, 2007 – Ituiutaba-MG

DECLARAÇÃO

ELSA MARIA DE JESUS, presidente da CASA DA DIVINA PROVIDÊNCIA, CPF 288.761.566-15, declara para os devidos fins que a entidade teve seu início das atividades em 02/02/1998 e que seu Estatuto atende os art. 33 e 34 da Lei Federal nº 13.019/14.

Ituiutaba, em 27 de fevereiro de 2025.


ELSA MARIA DE JESUS

Presidente da CASA DA DIVINA PROVIDÊNCIA

CPF 288.761.566-15

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 03.235.490/0001-01

Razão

Social:

CASA DA DIVINA PROVIDENCIA

Endereço:

PR 13 DE MAIO 2007 / CENTRO / ITUIUTABA / MG / 38300-108

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 24/03/2025 a 22/04/2025

Certificação Número: 2025032421110995551857

Informação obtida em 10/04/2025 16:57:18

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO



CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO / DRIVER LICENSE / PERMISO DE CONDUCCION

2 e 1 NOME E SOBRENOME
LUCIMAR APARECIDA DA SILVEIRA ALVES

1ª HABILITAÇÃO
23/01/1998

3 DATA, LOCAL E UF DE NASCIMENTO
26/04/1964 ITUIUTABA/MG

4a DATA EMISSÃO
08/11/2022

4b VALIDADE
08/11/2027

ACC

D

4c DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR / UF
M3000762 SSP MG

4d CPF
537.326.346-04

5 Nº REGISTRO
02450316903

9 CAT. HAB
B

NACIONALIDADE
BRASILEIRO

FILIAÇÃO
NELSON JOSE DA SILVEIRA

MARIA SEBASTIANA DA SILVEIRA



ASSINATURA DO PORTADOR

9	10	11	12	9	10	11	12
ACC				D			
A				D1			
A1				BE			
B		08/11/2027		CE			
B1				C1E			
C				DE			
C1				D1E			

12 OBSERVAÇÕES

LOCAL
BELO HORIZONTE, MG

EURICO DA CUNHA NETO
DIRETOR DETRAN - MG

ASSINATURA DO EMISSOR
64563167347
MG627940439

MINAS GERAIS

SENATRAN CONTRAN

2509085756

2509085756

PROCESSO Nº 4789/2025

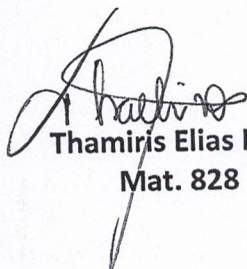
À **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**, para que seja aprovado o plano de trabalho, especificando o interesse público e relevância social da proposta conforme artigo 2º da lei 13.019/2014.

Indicar o fiscal e o gestor que irão acompanhar a execução do plano de trabalho com nome, cargo, matrícula e assinatura do mesmo.

O processo se trata de recurso proveniente de Emenda Impositiva dos Vereadores: Edmar Machado - R\$ 10.000,00 (Dez mil reais); Jair Bial - R\$ 12.000,00 (doze mil reais); Vilsomar Paixão - R\$ 10.645,00 (dez mil seiscentos e quarenta e cinco reais); Yata Anderson R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), para ser utilizado como CUSTEIO pela entidade.

Em seguida devolver a esse setor.

Ituiutaba, 24 de abril de 2025.


Thamiris Elias Rosa
Mat. 828

DESPACHO

Ituiutaba–MG, 09 de maio de 2025.

Assunto: ANÁLISE DO PLANO DE TRABALHO – PARCERIA COM ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL - Casa da Divina Providência – Ituiutaba–MG

PROCESSO 4789/2025

A presente análise refere-se ao plano de trabalho apresentado pela Casa da Divina Providência, organização da sociedade civil atuante no município de Ituiutaba–MG, que solicita a celebração de parceria com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, com base na Lei Federal n.º 13.019/2014, visando à execução de ações de interesse público e relevância social, compatíveis com os objetivos da política de assistência social, conforme previsto na Lei n.º 8.742/1993 (LOAS) e nas diretrizes do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

A proposta tem por finalidade contribuir para o bem-estar de mais de 150 (cento e cinquenta) pessoas, entre idosos, acamados e indivíduos em situação de baixa vulnerabilidade social, por meio da confecção e doação de fraldas geriátricas, bem como realizar a manutenção dos computadores utilizados no projeto de aulas de computação mantido pela entidade, com foco na promoção da inclusão digital.

As ações propostas estão alinhadas à Proteção Social Básica do SUAS, especialmente no que se refere à prevenção de agravos decorrentes da exclusão social e à promoção do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. O fornecimento de fraldas geriátricas representa medida concreta de apoio às famílias que cuidam de idosos e acamados, aliviando o impacto econômico dessas necessidades contínuas, ao mesmo tempo em que assegura a dignidade e o cuidado com a saúde e a higiene das pessoas atendidas.

Adicionalmente, a manutenção dos equipamentos de informática fortalece a continuidade do projeto de aulas de computação, instrumento eficaz de promoção da autonomia, do acesso à informação e da participação cidadã – objetivos esses compatíveis com os serviços socioassistenciais de convivência e fortalecimento de vínculos, conforme disposto na Resolução CNAS n.º 109/2009 (Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais).

A justificativa apresentada demonstra a sensibilidade da entidade frente ao contexto vivido por parte significativa da população idosa de Ituiutaba, marcada pela precariedade de recursos, conflitos familiares e crescente dependência de terceiros para atividades básicas do cotidiano. A proposta destaca a importância de um “olhar especial” para aqueles que, ao longo da vida, contribuíram para o desenvolvimento familiar, social e econômico do município, reforçando os princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana, da solidariedade e da inclusão social.

As atividades estão programadas para ocorrer de segunda a quarta-feira, das 13h às 16h, demonstrando clareza na operacionalização do plano e coerência com a capacidade

instalada da entidade. Além disso, o plano contempla ações continuadas e voltadas ao atendimento direto de pessoas em situação de vulnerabilidade, evidenciando a compatibilidade do objeto com a natureza da subvenção social e os princípios da Administração Pública.

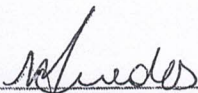
Considerando o exposto, reconhece-se o interesse público e a relevância social da proposta apresentada pela Casa da Divina Providência, recomendando-se o deferimento da parceria, com amparo na Lei Federal n.º 13.019/2014, na LOAS, na Política Nacional do Idoso e no Estatuto do Idoso (Lei n.º 10.741/2003). Ressalta-se que a formalização da parceria deverá observar os critérios de monitoramento, avaliação e prestação de contas previstos nas normativas legais e regulamentares aplicáveis.

Acompanharão a execução da parceria os seguintes servidores designados:

- **Gestora de Contrato:** Daiane Aparecida Cintra – Matrícula n.º 1280 – Diretora da Proteção Social Especial.
Fiscal de Contrato: Thiago Oliveira Silva – Matrícula n.º 3566 – Chefe do Setor de Programas e Projetos Sociais.

Diante do exposto, defiro a proposta, com vistas à formalização da liberação de recursos oriundos de emenda impositiva, dos Vereadores: Edmar Machado - R\$ 10.000,00 (Dez mil reais); Jair Bial - R\$ 12.000,00 (doze mil reais); Vilsomar Paixão - R\$ 10.645,00 (dez mil seiscentos e quarenta e cinco reais); Yata Anderson R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), totalizando R\$ 37.645,00, para ser utilizado como CUSTEIO pela entidade, garantindo-se o cumprimento dos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e, sobretudo, da proteção integral à pessoa idosa.

Atenciosamente,



MANUELA GUEDES VIANA
Secretária Municipal de Desenvolvimento Social

PREFEITURA DE ITUIUTABA

PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 4789/2025

PARECER TÉCNICO

OBJETO: Contribuir para o bem-estar de mais de 150 pessoas, entre idosos, acamados e indivíduos em situação de baixa vulnerabilidade social, por meio de confecções e doação de fraldas geriátricas, bem como realizar manutenção dos computadores utilizados no projeto de aulas de computação.

Referência: - Repasse ao Terceiro Setor – Termo de Fomento

Organização da Sociedade Civil: CASA DA DIVINA PROVIDÊNCIA

CNPJ: 03.235.490/0001-01

Endereço: Praça 13 de maio, nº 2007, Centro

Objeto proposto: Contribuir para o bem-estar de mais de 150 pessoas, entre idosos, acamados e indivíduos em situação de baixa vulnerabilidade social, por meio de confecções e doação de fraldas geriátricas, bem como realizar manutenção dos computadores utilizados no projeto de aulas de computação.

Valor total do repasse: R\$37.645,00

Período: Exercício de 2025.

Tipo da Parceria: - Termo de Fomento

PARECER TÉCNICO – JUSTIFICATIVA

Considerando o plano de trabalho apresentado pela entidade **CASA DA DIVINA PROVIDÊNCIA**.

Considerando a aplicabilidade das disposições contidas na Lei n. 13.019/2014, que trata do novo regime jurídico incidente sobre a formalização de parcerias entre o poder público e as organizações da sociedade civil;

Considerando a necessidade do Município de Ituiutaba suprir atividades concernentes ao âmbito **de assistência social**.

Considerando a impossibilidade, por ora, de tais atividades serem satisfatoriamente adimplidas pelo poder público local, de ofício.

PREFEITURA DE ITUIUTABA

Considerando que em determinados casos, quando houver interesse público e recíproco entre o poder público e organizações da sociedade civil – definidas pelo artigo 2.º da Lei n. 13.019/2014, podem ser formalizados instrumentos de parceria entre ambos para a consecução do objeto.

Considerando que, após análise acurada feita em âmbito local constatamos que se trata de singularidade do objeto da parceria, uma vez que a entidade vai atender aos objetivos do município contribuindo para o bem-estar de mais de 150 pessoas, entre idosos, acamados e indivíduos em situação de baixa vulnerabilidade social, por meio de confecções e doação de fraldas geriátricas, bem como realizar manutenção dos computadores utilizados no projeto de aulas de computação.

Considerando que, nestes casos a Lei nº 13.019/2014 preceitua que, havendo singularidade do objeto da parceria, ou apenas uma entidade capaz de cumprir com o plano de trabalho, pode haver inexigibilidade do chamamento público pertinente.

Passamos a apresentar as razões pelas quais entendemos relevante a formalização de instrumento de parceria perante a entidade.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Segundo se retira dos artigos 16 e 17, da Lei Federal n. 13.019/2014, pode a administração pública formalizar em favor de entidades consideradas como de organizações da sociedade civil, termo de colaboração ou de fomento, distinguindo-se ambos pela iniciativa acerca do projeto de trabalho, senão vejamos:

Art. 16. O termo de colaboração deve ser adotado pela administração pública para consecução de planos de trabalho de sua iniciativa, para celebração de parcerias com organizações da sociedade civil que envolvam a transferência de recursos financeiros.

PREFEITURA DE ITUIUTABA

Parágrafo único. Os conselhos de políticas públicas poderão apresentar propostas à administração pública para celebração de termo de colaboração com organizações da sociedade civil.

Art. 17. O termo de fomento deve ser adotado pela administração pública para consecução de planos de trabalho propostos por organizações da sociedade civil que envolvam a transferência de recursos financeiros.

Precedendo estas formalizações, deve o poder público realizar chamamento público das OSCs competentes pela execução do projeto, ou então procedera dispensa ou inexigibilidade para tanto.

Neste interim, tendo em vista que, após análise acurada, observamos que é necessária a criação da Lei Municipal, ao qual enquadrará a questão na Lei 13.019/2014, em seu art. 31, II, em hipótese de inexigibilidade de chamamento público:

“Art. 31. Será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica, especialmente quando: (Redação dada pela Lei nº 13.019, de 2014)

(...)

II - a parceria decorrer de transferência para organização da sociedade civil que esteja autorizada em lei na qual seja identificada expressamente a entidade beneficiária, inclusive quando se tratar da subvenção prevista no inciso I do § 3º do art. 12 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, observado o disposto no art. 26 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. (Incluído pela Lei nº 13.019, de 2014).”.

Além do mais, é de se ressaltar que não se cogita da falta de interesse público na presente parceria, eis que destinada ao cumprimento de finalidades ínsitas ao setor de saúde pública, bem como, por razões de ordens variadas, há incapacidade momentânea do poder público cumprir satisfatoriamente com toda demanda inerente neste campo, de ofício.

PREFEITURA DE ITUIUTABA

DAS ANÁLISES NO PLANO DE TRABALHO

Análise do Plano de Trabalho relativamente:

- a) do mérito da proposta, em conformidade com a modalidade de parceria adotada:

A proposta apresentada pela entidade, apresenta todos os elementos pertinentes ao **Termo de Fomento** e dão clareza na execução de trabalho, podendo, por esta comissão, ser considerada apta e aprovada.

- b) da identidade e da reciprocidade de interesse das partes na realização, em mútua cooperação, da parceria prevista nesta Lei:

A proposta analisada atende ao princípio da supremacia do interesse público, e está contida nas diretrizes das atividades de interesse social que deverão ser atendidas pelo poder público municipal ou por entidades membros da sociedade civil organizada.

- c) da viabilidade de sua execução:

O Plano de Trabalho apresentado demonstra viabilidade de execução.

- d) da verificação do cronograma de desembolso:

O desembolso de recursos será realizado em **01 parcela** ou na conveniência da administração municipal.

- e) da descrição de quais serão os meios disponíveis a serem utilizados para a fiscalização da execução da parceria, assim como dos procedimentos que deverão ser adotados para avaliação da execução física e financeira, no cumprimento das metas e objetivos:

PREFEITURA DE ITUIUTABA

A parceria será fiscalizada pela Comissão de Acompanhamento prevista na **Portaria nº 31/2025** e serão avaliados em suma o desenvolvimento das atividades descritas no Plano de Trabalho, além dos indicadores de efetividade, através de pesquisas.

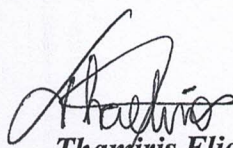
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS


Das análises, concluímos que a execução da proposta é viável e os valores estimados são compatíveis com os preços de mercado; e o cronograma previsto na proposta é adequado e permite uma fiscalização efetiva.

Assim, posteriormente a emissão do parecer jurídico pertinente, bem como de todo trâmite necessário prescrito em lei, havendo as respectivas chancelas, autorizamos ao setor competente empreender todas as cautelas necessárias para a formalização do termo de fomento, consoante as disposições expressas em lei.

S. M. J, este é o Parecer.

Ituiutaba/MG, 12 de maio de 2025.


Thamiris Elias Rosa
Presidente


Tamiris Rodrigues Santos
Membro



P R E F E I T U R A D E I T U I U T A B A

- PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO -

PARECER Nº 394/2025

Processo Administrativo nº 4789/2025

Assunto: **EMENDA IMPOSITIVA – PLANO DE TRABALHO**

1. RELATÓRIO

Trata-se de Processo Administrativo em que a Requerente CASA DA DIVINA PROVIDÊNCIA solicita a **disponibilização de recursos oriundos e Emenda Impositiva** no valor de R\$ 37.645,00 (trinta e sete mil, seiscentos e quarenta e cinco reais) para custeio conforme Plano de Trabalho apresentado (fls. 04/07).

Acompanha o requerimento os documentos de fls. 03/66.

Em fls. 67 o Setor de Convênios do Município solicitou a aprovação do Plano de Trabalho e a indicação de Fiscal e Gestor para acompanhamento da execução do Plano de Trabalho, sendo os recursos provenientes de **Emenda Impositiva** dos Ilmos. Vereadores há época EDMAR MACHADO (R\$ 10.000,00), JAIR BIAL (R\$ 12.000,00), VILSOMAR PAIXÃO (R\$ 10.645,00) e YATA ANDERSON (R\$ 5.000,00).

Em fls. 68/69 ficou aprovada a solicitação pela Secretaria Municipal de Saúde (SMS) e indicados o Fiscal e Gestor para acompanhamento da execução do Plano de Trabalho.

Tendo sido proferido Parecer Técnico pela viabilidade do Termo de Fomento em fls. 70/74.

Este é o breve relatório.

II – DA FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, mister se faz esclarecer que compete à Procuradoria do Processo Administrativo e do Contencioso em Geral zelar pela legalidade dos atos da Administração Municipal, propondo medidas que visem à correção das ilegalidades eventualmente encontradas, nos termos do artigo 16 da Lei Municipal Complementar nº 150/2017.



P R E F E I T U R A D E I T U I U T A B A

- PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO -

Ato contínuo, é válido ressaltar que o Parecer Jurídico **não é ato vinculativo**, não cabendo a Procuradoria do Processo Administrativo e do Contencioso em Geral analisar a viabilidade econômica e orçamentária das solicitações encaminhadas pelas Secretarias Municipais, sendo de responsabilidade do administrador que empenha os recursos tal análise. Neste sentido:

O parecer emitido por procurador ou advogado de órgão da administração pública não é ato administrativo. Nada mais é do que a opinião emitida pelo operador do direito, opinião técnico-jurídica, que orientará o administrador na tomada da decisão, na prática do ato administrativo, que se constitui na execução ex officio da lei. Na oportunidade do julgamento, porquanto envolvido na espécie simples parecer, ou seja, ato opinativo que poderia ser, ou não, considerado pelo administrador." (Mandado de Segurança nº 24.584-1 - Distrito Federal - Relator: Min. Marco Aurélio de Mello – STF.)

Inicialmente é importante ressaltar que não compete à Procuradoria Geral do Município a análise objetiva e subjetiva da relevância técnico-administrativa da entidade e muito menos do plano de trabalho apresentado, devendo cada uma das áreas responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização do Plano de Trabalho fazê-lo.

A Constituição Federal de 1988 estabelece que:

Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

- I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;
- II - o amparo às crianças e adolescentes carentes;
- III - a promoção da integração ao mercado de trabalho;
- IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;
- V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.
- VI - a redução da vulnerabilidade socioeconômica de famílias em situação de pobreza ou de extrema pobreza.

Art. 204. As ações governamentais na área da assistência social serão realizadas com recursos do orçamento da seguridade social, previstos no art. 195, além de outras fontes, e organizadas com base nas seguintes diretrizes:

- I - descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e a execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes e de assistência social;
- II - participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis. (grifos nossos)

A Lei Municipal nº 4.380/2015 estabelece que:

Art. 14. Os recursos do FMAS poderão ser aplicados em:
(...)



P R E F E I T U R A D E I T U I U T A B A

- PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO -

XXI – o repasse de recurso para as entidades e organizações de assistência social, devidamente registradas no CMAS, será efetivado por intermédio do FMAS, de acordo com critérios estabelecidos pelo CMAS, respeitando as permissões e pressupostos legais que regulam a espécie.

Parágrafo único. A transferência de recursos para organizações governamentais e não governamentais de Assistência Social processar-se-ão mediante convênios, termos de cooperação, contratos, ajustes e/ou similares, obedecendo à Legislação vigente sobre a matéria e em conformidade com os programas, projetos e serviços aprovados pelo CMAS.

Ato contínuo, a Lei Federal nº 13.019/2014 que estabelece as normas gerais para as parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, determina que:

Art. 2º Para os fins desta Lei, considera-se:

I - organização da sociedade civil:

a) entidade privada sem fins lucrativos que não distribua entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados, doadores ou terceiros eventuais resultados, sobras, excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, isenções de qualquer natureza, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplique integralmente na consecução do respectivo objeto social, de forma imediata ou por meio da constituição de fundo patrimonial ou fundo de reserva;

(...)

III - parceria: conjunto de direitos, responsabilidades e obrigações decorrentes de relação jurídica estabelecida formalmente entre a administração pública e organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividade ou de projeto expressos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação;

(...)

VIII - termo de fomento: instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco propostas pelas organizações da sociedade civil, que envolvam a transferência de recursos financeiros;

(...)

Art. 16. O termo de colaboração deve ser adotado pela administração pública para consecução de planos de trabalho de sua iniciativa, para celebração de parcerias com organizações da sociedade civil que envolvam a transferência de recursos financeiros.

(...)

Art. 45. As despesas relacionadas à execução da parceria serão executadas nos termos dos incisos XIX e XX do art. 42, sendo vedado:

I - utilizar recursos para finalidade alheia ao objeto da parceria;

II - pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias;

(...)



P R E F E I T U R A D E I T U I U T A B A

- PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO -

No âmbito municipal, o Decreto nº 8.169/2016 que regulamenta as disposições da lei federal, dispõe que:

Art. 10 – São instrumentos mediante os quais serão formalizadas as parcerias de que trata este decreto:

(...)

II – termo de fomento: instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública do Município de Ituiutaba com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco propostas pelas organizações da sociedade civil, que envolvam a transferência de recursos financeiros;

(...)

Art. 12. Compete ao Chefe do Poder Executivo do Município de Ituiutaba:

(...)

II - celebrar ou autorizar a formalização do termo de colaboração e de fomento e os acordos de cooperação; (...)

Estabelece ainda o Decreto Municipal os requisitos para a celebração dos Termos de Fomento no art. 13, em concordância ao estipulado no art. 33 e seguintes da Lei Federal nº 13.019/2014.

Em relação às Emendas Impositivas, é importante esclarecer que se trata de instrumento onde os Vereadores Municipais podem apresentar emendas à Lei Orçamentária Anual, destinando recursos do Município para determinadas obras, projetos ou instituições, as quais possuem caráter obrigatório.

Válido pontuar que a Emenda nº 48 à Lei Orgânica do Município acrescentou o artigo 82-A determinando a **obrigatoriedade de execução** da emenda parlamentar orçamentária individual, veja-se:

Art. 82-A – É obrigatória a execução orçamentária e financeira da programação incluída por emendas individuais do Legislativo Municipal em Lei Orçamentária Anual.

(...)

§5º - A não execução da programação orçamentária das emendas parlamentares previstas neste artigo implicará em crime de responsabilidade, nos termos da legislação aplicável. (nossos grifos)

Isso significa dizer que, compete ao Vereador Municipal destinar o recurso à entidade por ele selecionada e **apenas a execução pelo Poder Executivo**, sob pena de **crime de responsabilidade**.

Em igual sentido, os valores são destinados para finalidade específica, neste caso, não podendo o Poder Executivo direcioná-los à finalidade diversa daquela determinada pela Câmara de Vereadores.



P R E F E I T U R A D E I T U I U T A B A

- PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO -

Ora, estando atestada a inexistência de discordância entre o órgão fiscalizador do Termo de Fomento (Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Assistência Social), tem-se que não há óbice a formalização do instrumento jurídico necessário à subvenção pleiteada.

Ato contínuo, concluiu o Parecer Técnico do Setor de Convênios do Município (fls. 74) que: "(...) concluímos que a execução da proposta é viável e os valores estimados são compatíveis com os preços de mercado; e o cronograma previsto na proposta é adequado e permite uma fiscalização efetiva (...)".

Neste sentido, ENTENDEMOS pela legalidade e viabilidade jurídica da formalização do instrumento jurídico necessário à subvenção pleiteada.

Pontua-se que, **não compete à Procuradoria Geral do Município a análise ou verificação da viabilidade financeira-orçamentária do Plano de Trabalho**, competindo ao ordenador da despesa, no caso, a Câmara Municipal e o Secretário Municipal, o acompanhamento de tal viabilidade em conjunto com a Secretaria Municipal de Finanças e Orçamento.

III - DA CONCLUSÃO

Por todo o exposto, OPINAMOS pela legalidade e viabilidade jurídica da formalização do instrumento jurídico necessário à subvenção pleiteada, devendo ser observadas as disposições da Lei Federal nº 13.019/2017, Decreto Municipal nº 8.169/2016 e Lei Federal nº 14.113/2020.

Ao Setor de Convênio.

É o parecer, s. m. j.

Ituiutaba/MG, 13 de maio de 2025.

Luiz David Lara Filho
Procurador Adjunto

PREFEITURA DE ITUIUTABA

TERMO DE FOMENTO Nº XXX/2025 (MINUTA)

**TERMO DE FOMENTO QUE ENTRE SI
CELEBRAM O MUNICÍPIO DE
ITUIUTABA/MG, POR INTERMÉDIO
DA PREFEITURA MUNICIPAL DE
ITUIUTABA E A CASA DA DIVINA
PROVIDENCIA.**

O MUNICÍPIO DE ITUIUTABA-MG, inscrito(a) no CNPJ sob nº 18.457.218/0001-35, com sede na Praça Cônego Ângelo, s/nº, Centro, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, neste ato representado pela Prefeita **LEANDRA GUEDES FERREIRA**, e a **CASA DA DIVINA PROVIDENCIA**, inscrito no CNPJ sob nº 03.235.490/0001-01, com sede na Praça 13 de maio, nº 2007, Centro, doravante denominado ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, representado por seu Presidente **ELSA MARIA DE JESUS**, resolvem celebrar o presente **TERMO DE FOMENTO**, regendo-se pelo disposto na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, nas correspondentes Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentaria Anual, na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, e na Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2.014 e respectivo decreto regulamentar, e pela **Lei Municipal nº xxxxx, de xx de xxxxx de 2025**, consoante o processo administrativo nº 4789/2025 e mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - O presente TERMO DE FOMENTO, decorrente de inexigibilidade de chamamento público, em razão da singularidade e em virtude da **Lei Municipal nº xxxx, de xx de xxxxx de 2025**, tem por objeto planejamento, consultoria, e assessoria desportiva, desenvolvimento, apoio logístico, marketing esportivo e demais atividades ligadas ao desporto municipal. Arbitrar e promover o desporto amador e suas diversas modalidades, conforme detalhado no Plano de Trabalho, ANEXO I.

1.2 - Não poderão ser destinados recursos para atender a despesas vedadas pela respectiva Lei de Diretrizes Orçamentárias.

1.3 - É vedada a execução de atividades que tenham por objeto, envolvam ou incluam, direta ou indiretamente:

I - delegação das funções de regulação, de fiscalização, do exercício do poder de polícia ou de outras atividades exclusivas do Município;

II - prestação de serviços ou de atividades cujo destinatário seja o aparelho administrativo do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PLANO DE TRABALHO

Para o alcance do objeto pactuado, os parceiros obrigam-se a cumprir o Plano de Trabalho que, independente de transcrição, é parte integrante indissociável do presente

PREFEITURA DE ITUIUTABA

TERMO DE FOMENTO, bem como toda documentação técnica que dele resulte, cujos dados neles contidos acatam os parceiros.

Parágrafo Único – O Plano de Trabalho poderá ser revisto, mediante termo aditivo ou certidão de apostilamento, desde que não haja alteração do objeto e sejam submetidos e aprovados previamente pela autoridade competente.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES

3.1 - São obrigações dos Partícipes:

I - DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:

- a) executar fielmente o objeto pactuado, de acordo com as cláusulas pactuadas, a legislação pertinente e o plano de Trabalho deste TERMO DE FOMENTO aprovado pela **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**, adotando todas as medidas necessárias à correta execução deste TERMO DE FOMENTO, observando o disposto na Lei Federal nº 13.019/2014;
- b) zelar pela boa qualidade das ações e serviços prestados, buscando alcançar eficiência, eficácia, efetividade social e qualidade em suas atividades;
- c) manter e movimentar os recursos financeiros de que trata este TERMO DE FOMENTO a conta bancária específica, observado o disposto no art. 51 da Lei nº 13.019/2014;
- d) prestar contas dos recursos recebidos por meio deste Termo de Fomento;
- e) divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com o poder público, contendo, no mínimo, as informações requeridas no parágrafo único do art. 11 da Lei nº 13.019/2014;
- f) dar livre acesso dos servidores dos órgãos ou das entidades públicas repassadoras dos recursos, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondentes aos processos, aos documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados pela Lei nº 13.019, de 2014, bem como aos locais de execução do objeto;
- g) responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;
- h) responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no termo de colaboração ou de fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;

PREFEITURA DE ITUIUTABA

i) disponibilizar ao cidadão, na sua página na internet ou, na falta desta, em sua sede, consulta ao extrato deste termo de colaboração/termo de fomento, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade e o detalhamento da aplicação dos recursos;

j) é vedada a realização de pagamento antecipado com recursos de parceria.

II - DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL:

a) promover o repasse dos recursos financeiros obedecendo ao Cronograma de Desembolso, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto do termo de fomento;

b) fornecer informações para prestação de contas às organizações da sociedade civil por ocasião da celebração das parcerias, informando previamente e publicando em meios oficiais de comunicação às referidas organizações eventuais alterações no seu conteúdo;

c) emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria e o submeterá comissão de monitoramento e avaliação designada, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela organização da sociedade civil;

d) realizar, nas parcerias com vigência superior a um ano, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizar os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas;

e) promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria;

f) na hipótese de o gestor da parceria deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, o administrador público deverá designar novo gestor, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações do gestor, com as respectivas responsabilidades;

g) viabilizar o acompanhamento pela internet dos processos de liberação de recursos;

h) manter, em seu sítio oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até cento e oitenta dias após o respectivo encerramento;

i) divulgar pela internet os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria;

j) instaurar tomada de contas antes do término da parceria, ante a constatação de evidências de irregularidades na execução do objeto da parceria.

CLÁUSULA QUARTA- DA GESTÃO DE ACOMPANHAMENTO

4.1 – A gestão, fiscalização e o acompanhamento da execução do presente Termo dar - se - à pelas Servidoras: GESTOR: Daiana Aparecida Cintra; Matrícula: 1280; Cargo: Diretora da Proteção Social Especial e FISCAL: Thiago Oliveira Silva; Matrícula: 3566; Cargo: Chefe do Setor de Programas e Projetos Sociais.

PREFEITURA DE ITUIUTABA

4.2 – O Fiscal do Termo deverá emitir relatório, bem como, atestar a execução do objeto do termo e identificar se ele está de acordo com o Plano de Trabalho.

CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

5.1 - O montante total de recursos a serem empregados na execução do objeto do presente Termo de Fomento é de até R\$37.645,00 (trinta e sete mil seiscentos e quarenta e cinco reais), oriundo de recurso de Emenda Impositiva, assim discriminados:

- Vereador Edmar Machado: R\$10.000,00
- Vereador Jair Marques: R\$12.000,00
- Vereador Vilsomar Paixão: R\$10.645,00
- Vereador Yata Anderson: R\$5.000,00

TOTAL – R\$37.645,00 (trinta e sete mil seiscentos e quarenta e cinco reais)

5.2 – A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL transferirá, para execução do presente termo de colaboração/termo de fomento, recursos no valor de até R\$37.645,00 (trinta e sete mil seiscentos e quarenta e cinco reais). Correndo a despesa à conta da dotação orçamentária:

(OBS: AINDA NÃO INFORMADA)

CLÁUSULA SEXTA - DA TRANSFERÊNCIA E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

6.1 - A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL transferirá os recursos em favor da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, conforme o cronograma de desembolso contido no Plano de Trabalho, mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária específica vinculada a este instrumento.

6.2 - É obrigatória a aplicação dos recursos deste Termo de Fomento, enquanto não utilizados, em caderneta de poupança de instituição financeira oficial, se a previsão do seu uso for igual ou superior a um mês; ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo, ou operação de mercado aberto lastreada em título da dívida pública federal, quando sua utilização estiver prevista para prazos menores.

6.3 - Os rendimentos das aplicações financeiras serão, obrigatoriamente, aplicados no objeto do termo de colaboração/termo de fomento ou da transferência, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidos para os recursos transferidos.

6.4 – A ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL deverá observar na realização de gastos para a execução do objeto do presente termo a proporcionalidade entre os recursos transferidos e os recursos próprios a serem aplicados a título de contrapartida.

6.5 - As receitas oriundas dos rendimentos da aplicação no mercado financeiro não poderão ser computadas como contrapartida, devida pela ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL.

6.6 - As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria não serão liberadas e ficarão retidas nos seguintes casos:

PREFEITURA DE ITUIUTABA

I - quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;

II - quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da organização da sociedade civil em relação a obrigações estabelecidas no termo de colaboração ou de fomento;

III- quando a organização da sociedade civil deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.

IV – no ato efetivo do pagamento verificar-se-á todas as regularidades fiscais formais.

6.7 - Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de trinta dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS

7.1 – O presente TERMO DE FOMENTO deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2 - Fica expressamente vedada a utilização dos recursos transferidos, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do agente ou representante da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, para:

I – utilizar recursos para finalidade alheia ao objeto da parceria;

II - finalidade diversa da estabelecida neste instrumento, ainda que em caráter de emergência;

III - repasses como contribuições, auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos;

IV - pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.

7.3 – Os recursos transferidos poderão ser utilizados para realizar os pagamentos nos termos do Plano de Trabalho Anexo.

CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA

8.1 - O presente TERMO DE FOMENTO vigorará até 31/12/2025, podendo ser prorrogado mediante acordo entre as partes, conforme prazo previsto no anexo Plano de Trabalho para a consecução de seu objeto.

PREFEITURA DE ITUIUTABA

8.2 – Sempre que necessário, mediante proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL devidamente justificada e formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término, e após o cumprimento das demais exigências legais e regulamentares, serão admitidas prorrogações do prazo de vigência do presente TERMO DE FOMENTO.

CLÁUSULA NONA –DO MONITORAMENTO, DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

9.1 - O relatório técnico a que se refere o art. 59 da Lei n.º 13.019/2014, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter:

I - descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;

II - análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;

III - valores efetivamente transferidos pela administração pública;

IV - análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela organização da sociedade civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos no respectivo TERMO DE FOMENTO;

V - análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

9.2 - Na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, a administração pública poderá, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas:

I - retomar os bens públicos em poder da organização da sociedade civil parceira, qualquer que tenha sido a modalidade ou título que concedeu direitos de uso de tais bens;

II - assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela organização da sociedade civil até o momento em que a administração assumiu essas responsabilidades.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

10.1 - A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas, a exemplo, dentre outros, das seguintes informações e documentos:

I – extrato da conta bancária específica;

PREFEITURA DE ITUIUTABA

II - notas e comprovantes fiscais, inclusive recibos, com data do documento, valor, dados da organização da sociedade civil e número do instrumento da parceria;

III - comprovante do recolhimento do saldo da conta bancária específica, quando houver;

IV - material comprobatório do cumprimento do objeto em fotos, vídeos ou outros suportes;

V - relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos, quando for o caso; e

VI - lista de presença do pessoal treinado ou capacitado, quando for o caso.

VII -Relatório de execução Físico – Financeiro;

VIII – Relatório de Execução da Receita e da Despesa;

IX – Relação de Pagamentos;

X –Relação de Conciliação Bancaria;

XII – Outros documentos que a Comissão de Seleção, Monitoramento, avaliação e prestação de Contas julgarem necessários.

§ 1.º - Serão glosados valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente.

§ 2.º - A organização da sociedade civil prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de até noventa dias a partir do término da vigência da parceria ou no final de cada exercício, se a duração da parceria exceder um ano.

§ 3.º - Para análise periódica da execução do objeto a prestação de contas financeira deverá ser apresentada MENSALMENTE para prévia análise junto à Secretaria Municipal de Finanças e Orçamento, apresentando relação de pagamentos efetuados, faturas, duplicatas, recibos de pagamento de autônomos, guiam de recolhimento de encargos sociais ou de tributos, ou quaisquer outros documentos comprobatórios de despesa e ainda a conciliação bancária conjuntamente com o extrato bancário mensal e aplicações financeiras.

10.2 - A prestação de contas relativa à execução do termo de colaboração ou de fomento dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no plano de trabalho, bem como dos seguintes relatórios:

- I - relatório de execução do objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;
- II - relatório de execução financeira do termo de colaboração ou do termo de fomento, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho.

PREFEITURA DE ITUIUTABA

10.3 - A Administração pública municipal considerará ainda em sua análise os seguintes relatórios elaborados internamente, quando houver:

I - relatório da visita técnica in loco realizada durante a execução da parceria;

II - relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do TERMO DE FOMENTO.

10.4 - Os pareceres técnicos do gestor acerca da prestação de contas, de que trata o art. 67 da Lei nº 13.019, de 2014, deverão conter análise de eficácia e de efetividade das ações quanto:

I - os resultados já alcançados e seus benefícios;

II - os impactos econômicos ou sociais;

III - o grau de satisfação do público-alvo;

IV - a possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.

10.5 - A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela administração pública observará os prazos previstos na Lei nº 13.019, de 2014, devendo concluir, alternativamente, pela:

I - aprovação da prestação de contas;

II - aprovação da prestação de contas com ressalvas; ou

III - rejeição da prestação de contas e determinação de imediata instauração de tomada de contas especial.

10.6 - Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a organização da sociedade civil sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.

§ 1º O prazo referido no caput é limitado a 45 (quarenta e cinco) dias por notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, dentro do prazo que a administração pública possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação de resultados.

§ 2º Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.

10.7 - A administração pública apreciará a prestação final de contas apresentada, no prazo de até cento e cinquenta dias, contado da data de seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogável justificadamente por igual período.

PREFEITURA DE ITUIUTABA

Parágrafo único. O transcurso do prazo definido nos termos do **caput** sem que as contas tenham sido apreciadas:

I - não significa impossibilidade de apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos;

II - nos casos em que não for constatado dolo da organização da sociedade civil ou de seus prepostos, sem prejuízo da atualização monetária, impede a incidência de juros de mora sobre débitos eventualmente apurados, no período entre o final do prazo referido neste parágrafo e a data em que foi ultimada a apreciação pela administração pública.

10.8 - As prestações de contas serão avaliadas:

I - regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

II - regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário;

III - irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:

a) omissão no dever de prestar contas;

b) descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

c) dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;

d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

10.9 - O administrador público responde pela decisão sobre a aprovação da prestação de contas ou por omissão em relação à análise de seu conteúdo, levando em consideração, no primeiro caso, os pareceres técnico, financeiro e jurídico, sendo permitida delegação a autoridades diretamente subordinadas, vedada a subdelegação.

10.10 - Quando a prestação de contas for avaliada como irregular, após exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, a organização da sociedade civil poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito no termo de colaboração ou de fomento e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos.

10.11 - Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas, a organização da sociedade civil deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõem a prestação de contas.

PREFEITURA DE ITUIUTABA

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA –DAS RESPONSABILIZAÇÕES E DAS SANÇÕES

11.1 - Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei nº 13.019, de 2014, e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil parceira as seguintes sanções:

I - advertência;

II- suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;

III - declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.

Parágrafo único. As sanções estabelecidas nos incisos II e III são de competência exclusiva da **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social**, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de dez dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.

11.2 - Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.

11.3 - A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

12.1 -O presente termo de colaboração/termo de fomento poderá ser:

I -denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença, respeitado o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência para a publicidade dessa intenção;

II -rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:

a) utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;

b) inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;

c) constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado; e

PREFEITURA DE ITUIUTABA

d) verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS BENS REMANESCENTES

13.1 - Para os fins deste ajuste, consideram-se bens remanescentes os de natureza permanente adquiridos com recursos financeiros envolvidos na parceria, necessários à consecução do objeto, mas que a ele não se incorporam.

13.2 – Para os fins deste Termo, equiparam-se a bens remanescentes os bens e equipamentos eventualmente adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com os recursos aplicados em razão deste Termo de Colaboração/Fomento.

13.3 - Os bens remanescentes serão de propriedade da Organização da Sociedade Civil e gravados com cláusula de inalienabilidade, devendo a organização da sociedade civil formalizar promessa de transferência da propriedade à administração pública, na hipótese de sua extinção.

13.4– Os bens remanescentes adquiridos com recursos transferidos poderão, a critério do administrador público, ser doados a outra Organização da Sociedade Civil que se proponha a fim igual ou semelhante ao da Organização donatária, quando, após a consecução do objeto, não forem necessários para assegurar a continuidade do objeto pactuado,

13.5–Os bens doados ficarão gravados com cláusula de inalienabilidade e deverão, exclusivamente, ser utilizados para continuidade da execução de objeto igual ou semelhante ao previsto neste TERMO DE FOMENTO, sob pena de reversão em favor da Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PUBLICIDADE

14.1 - A eficácia do presente TERMO DE FOMENTO ou qualquer alteração ou ampliação da execução do objeto descrito neste instrumento, fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Site Oficial do Município, a qual deverá ser providenciada pela administração pública municipal.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PROTEÇÃO DE DADOS

15.1 - Acrescenta-se ao Convênio ora aditado o “Anexo I – Do cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados – Lei nº 13.709/2018”.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES

16.1 – A presente parceria poderá ser alterada a qualquer tempo, mediante assinatura de termo aditivo, devendo a solicitação ser encaminhada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à data de término de sua vigência.

16.2 – Não é permitida a celebração de aditamento deste Termo de Fomento com alteração da natureza do objeto.

PREFEITURA DE ITUIUTABA

16.3 – As alterações, com exceção das que tenham por finalidade meramente a prorrogação de prazo de vigência do ajuste, deverá ser previamente submetido à Procuradoria do Município, órgão ao qual deverão os autos ser encaminhados em prazo hábil para análise e parecer.

16.4 – É obrigatório o aditamento do presente instrumento, quando se fizer necessária a efetivação de alterações que tenham por objetivo a mudança de valor, das metas, do prazo de vigência ou a utilização de recursos remanescentes

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS CONDIÇÕES GERAIS

17.1 - Acordam os partícipes, ainda, em estabelecer as seguintes condições:

I - as comunicações relativas a este termo de colaboração/termo de fomento serão remetidas por correspondência ou e-mail e serão consideradas regularmente efetuadas quando comprovado o recebimento;

II - as mensagens e documentos, resultantes da transmissão via e-mail, não poderão se constituir em peças de processo, e os respectivos originais deverão ser encaminhados no prazo de cinco dias; e

III - as reuniões entre os representantes credenciados pelos partícipes, bem como quaisquer ocorrências que possam ter implicações neste termo de colaboração/termo de fomento, serão aceitas somente se registradas em ata ou relatórios circunstanciados.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO

18.1 - Será competente para dirimir as controvérsias decorrentes deste termo de colaboração/termo de fomento, que não possam ser resolvidas pela via administrativa, o foro da Comarca de Ituiutaba, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem.

18.2 - E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 3 (vias) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Ituiutaba, 14 de maio de 2025.

LEANDRA GUEDES FERREIRA
PREFEITA DE ITUIUTABA

Elsa Maria de Jesus
PRESIDENTE

PREFEITURA DE ITUIUTABA

ANEXO I

DO CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS – LEI Nº 13.709/2018.

1. É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

2. As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassados em decorrência da execução contratual, em consonância com o disposto na Lei n. 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.

3. As partes responderão administrativa e judicialmente caso causarem danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos, aos titulares de dados pessoais repassados em decorrência da execução contratual, por inobservância à Lei Geral de Proteção de Dados.

4. Em atendimento ao disposto na Lei Geral de Proteção de Dados, o CONTRATANTE, para a execução do serviço objeto deste contrato, tem acesso a dados pessoais dos representantes da CONTRATADA, tais como número do CPF e do RG, endereços eletrônico e residencial, e cópia do documento de identificação (listar outros, quando cabível).

5. A CONTRATADA declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pelo CONTRATANTE.

6. A CONTRATADA fica obrigada a comunicar ao CONTRATANTE em até 24 (vinte e quatro) horas qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados.



Controladoria Geral do Município

Av. 17 nº 1084 – Centro – CEP: 38300-132

ITUIUTABA – MG -Fone: (34) 3271-8120

e-mail: controladoria@ituiutaba.mg.gov.br

PROCESSO: 4789/2025

ASSUNTO: Celebração de Termo de Fomento – emenda impositiva 2025

INTERESSADO: CASA DA DIVINA PROVIDENCIA

PARECER TÉCNICO Nº 127/2025 – CONTROLE INTERNO

A CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ITUIUTABA-MG – CGM, têm suas atribuições regulamentadas em legislação federal e municipal.

As rotinas de trabalho adotadas pelo Controle Interno cabe, primordialmente, exercer a fiscalização dos atos da administração, comprovando os princípios constitucionais tais como: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, e quando detectadas possíveis irregularidades insanáveis dos atos e fatos nos procedimentos licitatórios, na execução orçamentária e financeira efetivamente realizadas, esta Controladoria encaminhará denúncia ao Ministério Público e comunicará os órgãos de Controle Externo sobre tais irregularidades.

I - DO RELATÓRIO

Foi encaminhado a Esta Controladoria PA 4789/2025, para análise da Minuta do Termo de Fomento a ser celebrado entre a Prefeitura de Ituiutaba-MG e a Casa da Divina Providencias.

Em análise do pedido e Plano de Trabalho, verificamos que foi solicitado o repasse de R\$ 37.645,00(trinta e sete mil seiscentos e quarenta e cinco reais), para atender as necessidades de custeio da Casa da Divina Providência.

O processo veio instruído com a aprovação do Plano de Trabalho pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Parecer Técnico e Parecer Jurídico, com fulcro na Lei Federal nº 13.019/2014, Decreto nº 8.169/2016 e Decreto nº 8.362/2017, sendo esses os dispositivos legais que regulamentam, as parcerias celebradas entre a Administração Pública Municipal Direta e Indireta e as Organizações da Sociedade Civil

É o breve relatório.

II – DA ANÁLISE

O Termo de Fomento é o instrumento pelo qual são formalizadas as parcerias com OSC's, selecionadas por meio de chamamento público, exceto nos casos de dispensa ou inexistência, em regime de mútua cooperação, com o objetivo de incentivar e reconhecer iniciativas próprias desenvolvidas ou criadas pelas OSC's em plano de trabalho, com metas e ações que contemplem o interesse público, observando-se os programas ou plano setorial da área correspondente, quando houver.



Controladoria Geral do Município

Av. 17 nº 1084 – Centro – CEP: 38300-132

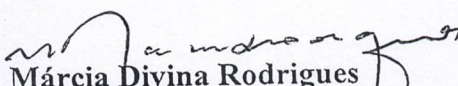
ITUIUTABA – MG -Fone: (34) 3271-8120

e-mail: controladoria@ituiutaba.mg.gov.br

IV- CONCLUSÃO

Ante o exposto, considerando a documentação anexa, a aprovação do Plano de Trabalho pelo Gestor, o Parecer Jurídico que opina pela legalidade formal e material de Projeto de Lei para formalizar o Termo de Fomento e Parecer Técnico aprovando a proposta apresentada, esta Controladoria não vislumbra óbice ao prosseguimento do feito, desde que sejam sanadas as observações apontadas.

Ituiutaba, 19 de maio de 2025.


Márcia Divina Rodrigues
Controladora Geral do Município

Voltar

Imprimir



**Certificado de Regularidade
do FGTS - CRF**

Inscrição: 03.235.490/0001-01
Razão Social: CASA DA DIVINA PROVIDENCIA
Endereço: PR 13 DE MAIO 2007 / CENTRO / ITUIUTABA / MG / 38300-108

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 20/05/2025 a 18/06/2025

Certificação Número: 2025052007120995551881

Informação obtida em 21/05/2025 09:51:32

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



MUNICIPIO DE ITUIUTABA
Secretaria Municipal de Finanças e Orçamento
Departamento de Receita
38300-132 - Avn 17, 1084 CENTRO ITUIUTABA MG
www.ituiutaba.mg.gov.br

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

Número 473047/2025

Data Geração: 21/05/2025

Data Validade: 21/08/2025

Certificamos que não constam em nome do sujeito passivo identificado, nesta data, débitos com a Fazenda Pública Municipal, ressalvando o direito do município de cobrar quaisquer débitos que vierem a ser conhecidos e apurados após a expedição desta certidão.

Identificação

Crc	42515
Contribuinte	CASA DA DIVINA PROVIDENCIA
CNPJ ou CPF	03.235.490/0001-01
Inscrição Estadual ou RG	
Endereço	38300-086 - Rua 32, 2007
Bairro	CENTRO Cidade: ITUIUTABA Estado: MG

Data Emissão: 21/05/2025

Tanto a veracidade da informação quanto a manutenção da condição de não devedor poderá ser verificada na seguinte página da Internet:

<https://www.ituiutaba.mg.gov.br>

Número: 473047/2025

Inscrição: 42515

ATENÇÃO: Qualquer rasura ou emenda **INVALIDARÁ** este documento.

Certidão Emitida Gratuitamente



SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA DE MINAS GERAIS

CERTIDÃO DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS
Negativa

CERTIDÃO EMITIDA EM:
21/05/2025
CERTIDÃO VALIDA ATÉ:
19/08/2025

NOME: CASA DA DIVINA PROVIDENCIA		
CNPJ/CPF: 03.235.490/0001-01		
LOGRADOURO: PRACA TREZE DE MAIO		NÚMERO:
COMPLEMENTO:	BAIRRO: CENTRO	CEP: 38300108
DISTRITO/POVOADO:	MUNICÍPIO: ITUIUTABA	UF: MG

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. Não constam débitos relativos a tributos administrados pela Fazenda Pública Estadual e/ou Advocacia Geral do Estado;

2. No caso de utilização para lavratura de escritura pública ou registro de formal de partilha, de carta de adjudicação expedida em autos de inventário ou de arrolamento, de sentença em ação de separação judicial, divórcio, ou de partilha de bens na união estável e de escritura pública de doação de bens imóveis, esta certidão somente terá validade se acompanhada da Certidão de Pagamento / Desoneração do ITCD, prevista no artigo 39 do Decreto 43.981/2005.

Certidão válida para todos os estabelecimentos da empresa, alcançando débitos tributários do sujeito passivo em Fase Administrativa ou inscritos em Dívida Ativa.

IDENTIFICAÇÃO	NÚMERO DO PTA	DESCRIÇÃO

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada através de aplicativo disponibilizado pela Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais, na internet: <http://www.fazenda.mg.gov.br>
=> Empresas => Certificação da Autenticidade de Documentos.

CÓDIGO DE CONTROLE DE CERTIDÃO:2025000877045044



CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS
CERTIDÃO DE HABILITAÇÃO PROFISSIONAL

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS certifica que o(a) profissional identificado(a) no presente documento encontra-se habilitado para o exercício da profissão contábil.

IDENTIFICAÇÃO DO REGISTRO

NOME.....	: JOAO BATISTA DE LIMA
REGISTRO.....	: MG-047975/O-8
CATEGORIA.....	: TÉCNICO EM CONTABILIDADE
CPF.....	: ***.942.346-**

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

Emissão: MINAS GERAIS, 21/05/2025 as 09:56:51.
Válido até: 19/08/2025.
Código de Controle: 436480.

Para verificar a autenticidade deste documento consulte o site do CRCMG.



PREFEITURA
ITUIUTABA

Faz acontecer

Despacho - Proc. nº 4.789 / 2025

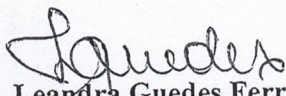
Em face ao ofício da **Casa da Divina Providência**, CNPJ 03.235.490/0001-01, que por intermédio de sua Presidente Elsa Maria de Jesus, solicitou a celebração de Termo de Fomento, para possibilitar a liberação de recursos oriundos de Emendas Impositivas dos Vereadores Edmar Machado - R\$ 10.000,00/ Jair Bial - R\$12.000,00/ Vilsomar Paixão - R\$ 10.645,00/ Yata Anderson - R\$ 5.000,00 totalizando o montante de R\$ 37.645,00 (trinta e sete mil, seiscentos e quarenta e cinco reais), para custeio de materiais e insumos para confecção de fraldas geriátricas e manutenção dos equipamentos de informática.

O procedimento foi encaminhado ao Setor de Convênios e posteriormente a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, que se manifestou favoravelmente, informando no despacho às fls. 68 e 69, que a proposta atende ao interesse público, tem relevância social, aprovando os itens propostos e, indicando o gestor e a fiscal de contrato, para fiscalização da execução do plano de trabalho apresentado.

Assim, considerando o parecer técnico da Comissão, o parecer jurídico nº 394/2025 exarado pela Procuradoria Geral que opinou pela legalidade do Projeto de Lei para formalizar o Termo de Fomento, e, ainda o parecer técnico nº 127/2025 da Controladoria Geral, por conseguinte, autorizo o envio do Projeto de Lei à Nossa Egrégia Casa Legislativa para possibilitar o repasse no valor de R\$ 37.645,00 (trinta e sete mil, seiscentos e quarenta e cinco reais) para a **Casa da Divina Providência**, em consonância com o Plano de Trabalho apresentado.

Remeta ao Departamento de Elaboração, Atualização Legislativa e Atos Administrativos para as devidas providências.

Ituiutaba, 21 de maio de 2025.


Leandra Guedes Ferreira
Prefeita de Ituiutaba